

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**FORMAS DE CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO NOS BANCOS
BRASILEIROS**

Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas para obtenção de carga horária na disciplina CNM 5420 – monografia

Por: Alcides Luis Girardi

Orientador: Prof. Pedro Antonio Vieira

Área de Pesquisa: Economia do Trabalho E Conflitos Sociais

Palavras-Chave:

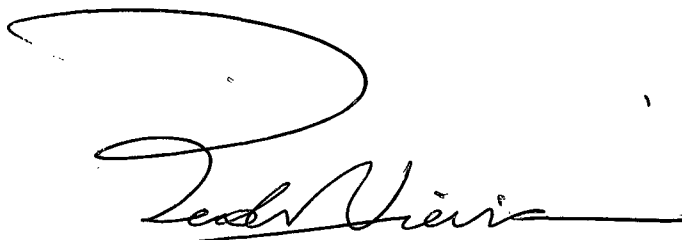
- 1 - Processo de Trabalho
- 2 - Força de Trabalho
- 3 - Controle

Florianópolis, Junho de 2002.

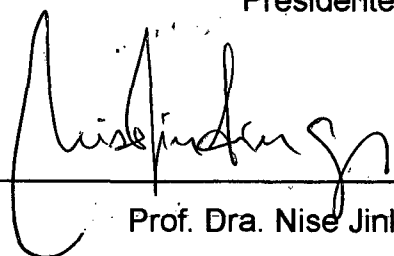
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

A Banca Examinadora resolveu atribuir a nota 8 (oito) ao aluno **ALCIDES LUIS GIRARDI** na disciplina CNM 5420 – Monografia, pela apresentação deste trabalho.

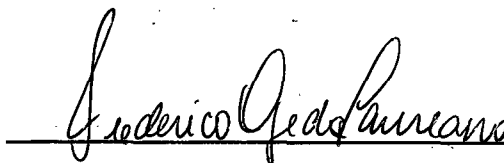
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Pedro Antonio Vieira
Presidente



Prof. Dra. Nise Jinkings
Membro



Prof. Frederico Ojeda Laureano - Ms.
Membro

“De onde vem a indiferença, temperada a ferro e fogo,
Quem guarda os portões da fábrica?”
Renato Russo, poeta brasileiro

AGRADECIMENTOS

Em especial a minha esposa Roselene e meus pais Antonio (*in memorian*) e Gilia, pelo incansável apoio.

A toda a minha família e amigos pelo incentivo.

Ao professor Pedro Antonio Vieira, que esteve sempre disponível para me orientar neste trabalho.

E a todos que de maneira direta e indireta colaboraram para o êxito desta empreitada.

TABELA 1 – Índice de Preços Seleccionados.....61

TABELA 2-Estoque Estimado de Empregos no Setor Financeiro
Nacional.....74

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar os aspectos que envolvem a luta entre trabalhadores e capitalistas pelo domínio e poder sobre o processo de trabalho. Para tanto, faremos uma breve abordagem sobre as necessidades que os detentores do capital têm em subjugar a força de trabalho, e assim, conseguir um processo contínuo de exploração da classe trabalhadora, ou seja, da extração da mais-valia, bem como sua perpetuação no poder como classe dominante. Destacaremos ainda, as formas pelas quais os capitalistas fizeram (e fazem) uso para continuar exercendo o controle sobre o processo de trabalho, desde o início da criação das manufaturas até os dias de hoje. Passaremos daí a avaliar como essas formas de controle, são empregadas pelos capitalistas financeiros nacionais, na busca pelo domínio sobre a classe trabalhadora bancária deste país, nas últimas três décadas do século passado. Demonstraremos brevemente o cenário econômico existente para que tal controle fosse empregado. Por fim, veremos os reflexos causados por estas formas de controle sobre a classe trabalhadora bancária.

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS.....	V
RESUMO.....	VI
INTRODUÇÃO.....	01

CAPÍTULO I

1 - O PROCESSO DE TRABALHO E A NECESSIDADE DE CONTROLE SOBRE O	
PROCESSO DE TRABALHO.....	05
1.1 O Trabalho.....	05
1.2 Processo de Trabalho.....	08
1.2.1 A Evolução do Processo de Trabalho.....	09
1.3 A Criação de Força de trabalho para a industrialização.....	12
1.4 A Extração da Mais-Valia.....	14
1.4.1 Mais-Valia, concorrência e taxa de lucro.....	16
1.5 Os Conflitos entre Patrões e empregados.....	19
1.5.1 Os Conflitos de Classes.....	21
1.6 A Necessidade do Controle Sobre o Processo de trabalho.....	23

CAPÍTULO II

2 - FORMAS DE CONTROLE DO PROCESSO DE TRABALHO.....	30
--	-----------

2.1 Introdução.....	30
2.2 Iniciando o Controle.....	31
2.3 O Controle do Estado e a Repressão aos Trabalhadores.....	32
2.4 O Controle Físico na Fábrica.....	34
2.5 A Máquina: Ferramenta de Controle e Intensificação da Exploração.....	35
2.6 Reorganizar o Processo de Trabalho – Dividir os Trabalhadores.....	39
2.6.1 A Organização do Processo de Trabalho e a Globalização.....	45
2.7 Ideologia do Capital	47

CAPÍTULO III

3 - FORMAS DE CONTROLE DO PROCESSO DE TRABALHO NOS BANCOS

BRASILEIROS.....	51
3.1 Introdução.....	51
3.2 O Processo de Trabalho nos Bancos Brasileiros Antes de 1964.....	54
3.3 Os Bancos e o Cenário Econômico Pós Golpe Militar de 64.....	58
3.4 A formas de Controle Sobre o Processo de Trabalho nos Bancos Brasileiros	
3.4.1 A Repressão Militar.....	63
3.4.2 O Banco-Fábrica e a Divisão do Trabalho	66
3.4.3 A Intensificação do Uso do Computador e Terceirização.....	68
3.4.4 Medo, Prêmios e Individualismo: A Criação da Consciência do Servir Ao Capital.....	71
3.5 Os Bancários na Atualidade.....	74

CONCLUSÃO.....	78
-----------------------	-----------

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	81
--	-----------

INTRODUÇÃO

Vive-se novamente um momento de turbulência e de mudanças nas relações capital e trabalho, causando, como em outras épocas, apreensão e desorientação aos trabalhadores.

As novas tecnologias e as constantes alterações na forma de organizar o processo de trabalho têm causado um impacto sobre a organização dos trabalhadores na sua luta contra os detentores do capital e dos meios de produção, pois estes buscam incessantemente aumentar a produtividade do trabalho, assim devem aumentar o grau de exploração sobre a força de trabalho para extrair destes a mais-valia.

Tanto as criações de novas tecnologias, bem como a forma de organizar o processo de trabalho, ao contrário do que possa parecer, não são recentes, elas existem e são criadas como formas de controle sobre o processo de trabalho (e por sua vez sobre os trabalhadores), desde o princípio do modo de produção capitalista. Principalmente com o início da industrialização, já que foi a partir desta, que a classe trabalhadora pôde aglutinar-se na luta contra os capitalistas. Assim, em contrapartida, os capitalistas buscam constantemente novas formas ou remodelam as já existentes com objetivo de perpetuação do poder sobre os trabalhadores.

Hoje, um dos setores mais atingidos pelas inovações tecnológicas e pelas mudanças na organização do processo de trabalho, é o setor bancário nacional, onde em pouco tempo, houve uma redução brusca de trabalhadores. Entre o ano de 1990 e o ano de 2000, os bancários que eram em torno de 900 mil, passaram a somar um pouco mais de 350 mil trabalhadores, uma redução de mais de 60% nos postos de trabalho.

Este quadro tende a agravar-se, uma vez que os processos de automação e de terceirização dos serviços bancários devem acentuar-se de maneira mais agressiva nos próximos anos – segundo estudo realizado na subseção do DIEESE no SEE Bancários do Rio de Janeiro. Isso se deve ao acirramento da disputa entre os bancos pelo mercado brasileiro, decorrente da vinda de grupos estrangeiros, do complemento do processo de privatização do restante dos bancos estatais e da fusão e incorporação dos bancos nacionais.

Na outra ponta deste “conflito”, estão os bancários que a cada ano vêem as suas chances de permanecerem no emprego diminuírem, pois, além de todo esse processo de inovações tecnológicas provocadas pela automação, fazendo com que o capital constante seja superior ao variável ou até mesmo a redução da importância do primeiro em relação ao processo de trabalho, e das constantes mudanças na organização deste processo que permitem a substituição contínua dos trabalhadores mais qualificados por outros de menor qualificação.

Este cenário coloca os trabalhadores bancários numa posição que se pode chamar de defensiva em relação ao capital, uma vez que, até bem pouco tempo a mobilização dos bancários organizada pelos sindicatos lhes proporcionava um certo

status e respeito em relação aos demais trabalhadores dos outros setores da economia.

Este trabalho, portanto, têm como **objetivo geral** apontar as necessidades e as formas utilizadas pelos detentores do capital para controlar os trabalhadores na luta pelo controle sobre o processo de trabalho, demonstrando que estas não são recentes, nem tampouco são restritas à algum setor específico da economia, são empregadas a todo momento e em todos os setores da economia, pois, em última análise, o controle sobre a classe trabalhadora pelos capitalistas é em função da perpetuação do poder.

Quanto aos objetivos específicos, pretende-se:

- a) Verificar como as formas de controle foram utilizadas pelos capitalistas do sistema financeiro brasileiro, afim de exercer o controle sobre a classe trabalhadora bancária nacional.
- b) Analisar as conseqüências que estas formas de controle sobre o processo de trabalho nos bancos nacionais exerceram sobre a classe trabalhadora bancária em nosso país.

Esta monografia começa a ganhar a atual característica, quando o autor desta, procura explicações sobre o momento presente pelo qual passam os trabalhadores de sua categoria, onde, um grande número destes perderam o seu emprego, e dos que restaram, apresentam um apatia latente ante a necessidade de contrapor-se ao processo de exploração a que estão submetidos, contrastando assim de forma substancial aos bancários de outras épocas não muito distante.

Para viabilizar nosso trabalho, foram sendo feitas leituras delimitadas pelo tema de pesquisa, possibilitando um melhor embasamento teórico, buscando adaptar os conceitos ao objetivo deste trabalho.

A consulta foi feita em livros de Economia, Política e Sociologia, revistas especializadas, jornais, informativos do Sindicato dos Bancários de todo Brasil e monografias do curso de economia.

Foram realizados diálogos informais com representantes do Sindicato dos Bancários de Florianópolis, a fim de obter informações a respeito do comportamento dos bancários e dos sindicatos no momento atual.

O presente trabalho está dividido em 3 (três) capítulos. O primeiro é descrito como se dá o desenvolvimento do processo de trabalho e a necessidade de controle sobre este processo. O segundo capítulo mostra as formas de controle sobre o processo de trabalho, utilizados pela classe dominante dos capitalistas, sobre a classe dos trabalhadores. E no capítulo terceiro, é feita uma demonstração de como os banqueiros fazem uso destas mesmas formas de controle sobre a classe trabalhadora bancária de nosso país, a fim de extrair destes uma maior lucratividade.

CAPÍTULO I

O PROCESSO DE TRABALHO E A NECESSIDADE DE CONTROLE SOBRE O PROCESSO DE TRABALHO

1.1 O Trabalho

O que é para o homem o trabalho? Esta é uma indagação que para a maioria das pessoas, pode ser definida como um simples ato executado por ele (o homem) com a finalidade de extrair deste seu próprio sustento ou necessários à sua subsistência. Ou seja, o simples ato de colher frutas, caçar ou pescar exercida pelos homens das cavernas é trabalho.

O trabalho, segundo (*Marx, 1971, p. 201*) é a “atividade natural e eterna do homem” o qual se constitui na atividade que deu origem à própria civilização. (*Marx, 1985, p.149*) diz que: “...o trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes à sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.” A ação que o homem exerce sobre a natureza, através de sua força física e mental, é o trabalho.

Ou seja, esta capacidade de ação do homem é a sua força de trabalho. Toda vez então, que o homem faz uso desta sua capacidade, ele está trabalhando. Assim, “A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho” (*Marx, 1985, p.149*).

Os animais também trabalham, porém, só o fazem para atender as exigências práticas imediatas, exigências materiais diretas dos mesmos ou de seus filhotes, portanto, não podendo ser livres ao trabalharem, pois a atividade dos mesmos é determinada unicamente pelo instinto ou pela experiência limitada que podem ter.

Onde então o trabalho humano se diferencia do “trabalho” dos outros animais, uma vez que estes podem na maioria dos casos interagir com a natureza da mesma forma que o homem? Para (*Marx, 1971*) há uma diferença básica, qual seria, o fato de que o homem tem um objetivo previamente idealizado na execução de um determinado trabalho. O que ocorre com o homem é diferente. Anterior à realização de seu trabalho o homem é capaz de projetá-lo, ou seja, a capacidade de definir meios diversos que possibilitam o alcance de seu objetivo, possuindo a livre escolha da alternativa que melhor se adeque a seus meios, e procura segui-los.

Para (*Marx, 1971*) o homem é o primeiro ser que conquistou certa liberdade de movimentos em face da natureza. Através dos instintos e das forças naturais em geral, a natureza dita aos animais o comportamento que eles devem ter para sobreviver. O homem, entretanto, graças ao seu trabalho, conseguiu dominar em parte as forças da natureza, colocando-as a seu serviço. (*Marx, 1985, p.149*) “Ao atuar, por meio desse movimento, sobre a natureza externa a ele e ao modificá-la, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza. Ele desenvolve as potências nela adormecidas e sujeita o jogo de suas forças a seu próprio destino.”

Justamente porque o trabalho humano pode ser diferente do trabalho dos animais, é que o homem modifica a natureza de acordo com suas possibilidades. O que Marx observa na história é a evolução gradativa do trabalho, naquilo que corresponde a evolução do homem e a necessidade de suprir suas necessidades frente ao meio.

“Pressupomos o trabalho numa forma em que pertence exclusivamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colméias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente. Ele não apenas efetua uma transformação da forma da matéria natural; realiza, ao mesmo tempo, na matéria natural seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, a espécie e o modo de sua atividade e ao qual tem de subordinar sua vontade.” (Marx, 1985, p. 149 e 150).

Esses objetivos, perseguidos pelo homem, quando interage com a natureza, é que lhe difere dos outros animais, dando-lhe então a característica de criador de objetivos que venham a satisfazer suas necessidades, ou seja, o homem só colocará em prática suas habilidades, se o objeto pelo qual ele destina a criar, possa lhe ser útil ou útil à sociedade em que vive. “Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre o homem e a natureza e, portanto, da vida humana” (Marx, 1985, p. 149).

Além disso, outra característica do ser humano, é sua capacidade de usar e criar os meios de trabalho, isso faz com que ele possa cada vez mais utilizar novos meios de trabalho, além da possibilidade de criação de novos objetos. (Marx, 1985, p. 150 e 151) “O uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, caracterizam o processo de trabalho especialmente

humano e Franklin define, por isso, o homem com a *toolmaking animal*, um animal que faz ferramentas.”

Diante desta abordagem de Marx, pode-se perceber que o trabalho humano, não se resume apenas em um ato em si, até porque como se viu anteriormente, o homem ao colocar em uso sua força de trabalho, previamente estabeleceu o objetivo da utilização da mesma. Assim, a atuação do homem frente à natureza, abrange todo um processo, que vem a ser o **Processo de Trabalho**.

1.2 Processo de Trabalho

Para melhor compreender como se estabelece o processo de trabalho, na relação entre o homem e a natureza, é necessário verificar qual a composição do mesmo.

O processo de trabalho é constituído de força de trabalho, meios ou instrumentos de trabalho e objeto de trabalho. Onde a **força de trabalho**, é capacidade de cada indivíduo, física e mental na produção de um bem qualquer. Em outras palavras, pode-se dizer que, a energia gasta pelo homem, tanto física como mental na execução de um trabalho é a força de trabalho; **meios de trabalho** são instrumentos utilizados pela força de trabalho na transformação do objeto de trabalho em um produto qualquer. (Marx, 1985, p.150) “O meio de trabalho é uma coisa ou um complexo de coisas que o trabalhador coloca entre si mesmo e o objeto de trabalho e que lhe serve como condutor de sua atividade sobre o objeto”, pode-se aqui destacar as máquinas e as ferramentas e até outros animais; e **objeto de**

trabalho é elemento que sofre a ação da força de trabalho, ou seja, “Todas as coisas que o trabalho apenas separa de sua conexão imediata com seu meio natural constituem objeto de trabalho, fornecidos pela natureza (...)os peixes que se pescam, que são tirados do seu elemento, a água, a madeira derrubada da floresta virgem, o minério arrancado dos filões”.(Marx, 1971, p. 203). Porém, se o objeto de trabalho é obtido, “filtrado através de trabalho anterior”, chamamo-lo de matéria-prima. Por exemplo, um diamante após ter sido lapidado. Assim, para Marx, toda matéria-prima é objeto de trabalho, mas nem todo objeto de trabalho é matéria-prima.

1.2.1 A Evolução do Processo de Trabalho

Quando Marx diz que o trabalho se constitui na atividade que deu origem à própria civilização do homem, assim de tal importância para ele, que “o que distingue as diferentes épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios de trabalho se faz”. Ou seja, os objetos criados pelas civilizações, por mais sofisticados que fossem, não têm importância ou não são relevantes, o que realmente difere uma sociedade em relação à outra, são os meios de trabalho que essa utilizou em relação à outra. Não só pelos meios de trabalho em si, mas porque estes demonstravam o grau de evolução da própria força de trabalho, conforme destaca este mesmo autor: “Os meios de trabalho servem para medir o desenvolvimento da força humana de trabalho e além disso, indicam as condições sociais em que se realiza o trabalho” (Marx, 1971, p. 204).

Vale recordar que durante milênios, o processo de trabalho limitou-se a garantir a manutenção e a reprodução biológica da espécie humana, e se desempenhou sob forma de coleta. Este processo de trabalho era de cunho extrativo, utilizando as próprias mãos do homem como meios de trabalho, que, pouca ou nenhuma transformação imprimia à matéria natural além de subtraí-la da natureza.

Com a agricultura o homem deixou de ser nômade, passando a fixar-se em determinadas regiões. Neste período, segundo (*Marx, 1971*) os principais meios de trabalho foram os animais domesticados, passando também a fabricar instrumentos para o cultivo e a colheita. Toda essa evolução no processo de produzir alimentos gerou um excedente, ou seja, produziam-se mais alimentos que o necessário a reprodução da força de trabalho existente. Então, alguns dos trabalhadores, que antes se dedicavam à agricultura e ao pastoreio, puderam exercer outras funções naquela sociedade. Concomitantes a isto foram surgindo as pequenas vilas, onde então foram instalando-se os artesões, pequenos comerciantes, etc...

O próprio processo de trabalho não sofre alterações quanto a sua composição básica, ele sofre alterações na quantidade maior ou menor de força de trabalho empregada e na sofisticação dos meios de produção e no aumento e sofisticação dos objetos de trabalho por ele produzido, suas alterações são em razão da importância maior ou menor da força de trabalho dentro do processo.

Os elementos do processo de trabalho: força de trabalho, meios de trabalho e objeto de trabalho, combinam-se em proporções variáveis, que vão determinar o modo de produção de determinada economia ou época.

A evolução do processo de trabalho sempre esteve presente nas sociedades civilizadas, constituindo-se assim em fator de progresso destas, e isso vem ocorrendo até os dias atuais.

Como observamos anteriormente, a utilização de meios de trabalho mais sofisticados, que por sua vez melhoravam a produtividade da força de trabalho, e assim possibilitaram ao homem, detentor desta força de trabalho, uma produção maior que sua necessidade de subsistência, a qual chamamos de excedente. Esse excedente, ou era estocado para consumo futuro ou era trocado por outras mercadorias que não fossem produzidas por um determinado grupo ou escassas em certas regiões, era o início do comércio. Assim, com o desenvolvimento e crescimento do comércio, um volume cada vez maior de mercadorias eram produzidas.

A riqueza extraída das transações entre os comerciantes, somadas a “conquista, pirataria, saque, exploração – essas formas, portanto, pelas quais o capital necessário para iniciar a produção capitalista foi reunido”. (*Hubermann, 1986, p.161*), ou seja, a acumulação primitiva do capital.

Era preciso porém, algo mais do que o capital acumulado, antes que a produção capitalista em grande escala pudesse começar. “O capital não pode ser usado como capital – isto é, para dar lucro – enquanto não houver o trabalho necessário para proporcionar esse lucro. Portanto, era necessária também uma oferta de trabalho adequada”. (*Hubermann, 1986, p.161 e 162*).

Necessitam então os capitalistas a partir deste momento, conseguir força de trabalho em abundância. Algo difícil, pois, há tempos a escravidão havia sido abolida

como forma de exploração de força de trabalho (pelo menos nos países onde se iniciou o processo de industrialização – Inglaterra e França). Os trabalhadores eram livres, e em sua grande maioria trabalhavam na agricultura como pequenos camponeses ou como servos e outros poucos como artesãos em suas oficinas de trabalho.

1.3 A Criação de Força de Trabalho para a Industrialização

Hoje, com o desemprego em toda parte, com trabalhadores ansiosos e dispostos a aceitar qualquer emprego, é difícil compreender que houve um tempo no qual arranjar trabalhadores para a indústria constituía um verdadeiro problema. “Parece-nos ‘natural’ que exista uma classe de pessoas ansiosa para entrar numa fábrica, a fim de trabalhar em troca de salários. Mas isso não é absolutamente ‘natural’. Um homem só trabalha para outro quando é obrigado. Se tiver acesso à terra, na qual pode produzir para si, não trabalhará para mais ninguém”. (Hubermann, 1986, p.162). Este mesmo autor, cita como exemplos a história dos Estados Unidos, onde “enquanto houve terra barata ou de graça no oeste, houve uma marcha para Oeste, de gente ansiosa por terra, o que significava dificuldade de arranjar braços no Leste”.

O que ocorre com os trabalhadores para os quais a terra é meio de produção ocorre também para aqueles cujo meio de produção é a oficina e suas ferramentas. Enquanto esses trabalhadores puderem usar as ferramentas para fabricar artigos que possam ser vendidos por uma quantia suficiente para atender às suas necessidades, não trabalharão para outro. Por que trabalhariam? Ora, “somente

quando os trabalhadores não são donos da terra e ferramentas somente quando foram separados desses meios de produção – é que procuram trabalhar para outras pessoas. Não o fazem por gosto, mas porque são obrigados, a fim de conseguir recursos para comprar alimentos, roupas e abrigo, de que necessitam para viver. Destituídos dos meios de produção, não têm escolha. Devem vender a única coisa que lhes resta – sua capacidade de trabalho, sua força de trabalho”. (*Hubermann, 1986, p. 162*).

A história da criação de uma oferta necessária à produção capitalista deve, portanto, ser a história de como os trabalhadores foram privados dos meios de produção:

“O processo que abre caminho para o sistema capitalista não pode ser senão, o processo que toma ao trabalhador a posse de seus meios de produção; um processo que transformará, de um lado, os meios sociais de subsistência e produção no capital, e, do outro, os produtores imediatos em trabalhadores assalariados...O produtor imediato, o trabalhador, só podia dispor de sua pessoa depois de libertado do solo e depois que deixasse de ser escravo, ou servo, dependendo de outrem. Para tornar-se um livre vendedor de sua força de trabalho, que leva sua mercadoria a qualquer lugar onde encontre mercado, ele precisava livrar-se antes do regime de corporações, de suas regras para aprendizes e jornaleiros, e de restrições dos regulamentos de trabalho...Esses novos libertos só se tornaram vendedores do próprio trabalho quando se viram destituídos de seus meios de produção e de todas as garantias de vida proporcionadas pela velha organização feudal. E a história disso, de sua expropriação, é escrita nos anais da humanidade em letras de sangue e fogo”. (*Marx, 1971, p. 832*).

Nesse momento então, como os trabalhadores estavam desorientados e fora de seu ambiente (o campo), sem a ‘capacidade’ e sem os meios de reproduzir sua força de trabalho, nem tampouco se deslocar com facilidade, tornam-se assim, presa fácil para que os detentores do capital consigam sua força de trabalho sem muito esforço. Conforme destaca (*Lipietz, 1987, p. 106*) “O pequeno comerciante, camponês ou artesão, falido em tal ou qual lugar, o operário desempregado deverão encontrar onde se engajar como operários”.

Agora os capitalistas tinham além dos meios de produção, a força de trabalho a seu dispor. Porém, os capitalistas agora teriam que fazer com que essa força de trabalho operasse de tal forma que produzisse para ele (o capitalista) além do necessário para a reprodução desta força de trabalho, ou seja, os capitalistas querem extrair dos trabalhadores o excedente de seu trabalho – a **mais-valia**.

1.4 A Extração da Mais-Valia

Como pode-se perceber agora, o processo de trabalho passa a estar vinculado aos capitalistas, já que ao deter o capital, estes passam a ter acesso tanto à matéria-prima que é o objeto de trabalho, bem como as ferramentas e máquinas – meios de trabalho. Resta ao trabalhador então, detentor da força de trabalho vincular-se também ao capital, vendendo a este sua mercadoria - a sua própria força de trabalho. Assim, para (Marx, 1985, p.155) “O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como um vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva”.

No modo de produção capitalista, o trabalhador só será útil se, e somente se, além de ser zeloso com os meios de produção a ele confiados pelo capitalista, puder produzir para manter-se e ainda gerar um excedente com o qual contam os capitalistas quando comprem a sua força de trabalho. (Marx, 1971, p.719) “A força de trabalho só é vendável quando conserva os meios de produção como capital, reproduz seu próprio valor como capital e proporciona, com o trabalho não pago, uma fonte adicional”. E é essa fonte adicional que o trabalhador consegue produzir,

sem que contudo seja remunerado por ela, é esta parcela do seu trabalho não pago que Marx chama de **mais-valia**.

O processo de produção capitalista caracteriza-se por possuir um duplo aspecto, ou seja: produzir valor de uso e valor excedente. Assim, “além de produção de coisas úteis, **valores de uso**, é também principalmente produção de **valor excedente**. Enquanto produção de coisas que atendem necessidades humanas é processo de trabalho; enquanto produção de mais-valia é processo de valorização do capital. Assim, o processo de produção é a unidade do processo de trabalho e do processo de valorização” (Vieira, 1989, p. 15).

O lucro então, se constitui na razão pela qual os capitalistas irão investir seu capital na produção de determinados produtos. Não importa aos detentores do capital se as mercadorias servirão ou não ao consumo, ou seja, que tenham **valor de uso** e sim, se podem ser comercializadas, que tenham **valor de troca**. (Marx, 1985, p. 155) “O valor de uso não é, de modo algum, a coisa *qu'on aime por lui-même*. Produz aqui valores de uso somente porque na medida em que sejam substrato material, portadores de valor de troca.”

Para Marx, o valor de uso só interessa ao capitalista porque ele se incorpora a mercadoria e, sem ele esta não teria valor...

Em outras palavras, o que interessa ao capitalista é a obtenção de lucro sobre as mercadorias por ele produzidas, esta sim condição *sine qua non* pela qual o capitalista decida por investir seu capital na produção de qualquer produto.

“E para nosso capitalista, trata-se de duas coisas. Primeiro, ele quer produzir um valor de uso que tenha um valor de troca, um artigo destinado à venda, uma mercadoria. Segundo,

ele quer produzir uma mercadoria cujo valor seja mais alto que a soma dos valores das mercadorias exigidas para produzi-la, os meios de produção e a força de trabalho, para as quais adiantou seu bom dinheiro no mercado. Quer produzir não só um valor de uso, mas uma mercadoria, não só valor de uso, mas valor e não só valor, mas também mais-valia.” (Marx, 1985, p. 155).

Vejamos o que nos diz Vieira: “Considerando que a produção de coisas úteis interessa, apenas, como meio para a produção de mais-valia, o processo de produzi-las (processo de trabalho) acha-se subordinado à valorização do capital. É apenas um meio deste se efetivar. Nesta perspectiva, **trabalho vivo, instrumento de trabalho e objeto de trabalho**, os três elementos do processo de trabalho, são apenas meios de obtenção de mais-valia e serão combinados e modificados com esse objetivo” (Vieira, 1989, p. 16).

O trabalho para Marx, é a fonte de acumulação de todas as riquezas, e como agora o futuro dos trabalhadores depende do capital, estes não trabalharão para si, mas sim para o capital... os verdadeiros **beneficiados** com o trabalho de cada um são os **capitalistas**. O objetivo dos compradores de força de trabalho, segundo Marx, é aumentar seu capital, produzir mercadorias que contenham mais trabalho do que este venha a pagar por ele, e cuja venda destas mercadorias realize também a parte do valor obtida gratuitamente. “Produzir mais-valia é a lei absoluta desse modo de produção” (Marx, 1971, p. 719).

Seria agora, muito simples para os capitalistas continuar a exploração dos trabalhadores na busca frenética pela mais-valia. Seria...se na outra ponta deste processo os trabalhadores concordassem de forma ordeira e pacífica com esta exploração. E, não foi bem isso que ocorreu....(conforme veremos no item 1.5).

1.4.1 Mais-valia, Concorrência e Taxa de Lucro

A extração da mais-valia, “motivação última da produção capitalista”, é realizada por capitais autônomos, para os quais a valorização não termina, muito

menos quando os trabalhadores transformam os meios de produção em novos produtos/mercadorias. Sabe-se que para realizar a mais-valia contida nas mercadorias é necessário que estas sejam vendidas, e por esta razão, para os capitais autônomos os espaços da valorização deslocam-se para o mercado, “onde cada um deles enfrenta-se a um irmão gêmeo”. Assim, é somente neste enfrentamento que realiza-se a mais-valia contida potencialmente nas mercadorias, e onde, portanto, o capital é adiantado e valorizado. Em outras palavras, a verdade do capital é a concorrência, a qual segundo “... impõe a cada capitalista, como leis coercitivas externas, as leis imanentes ao modo de produção capitalista. Os obriga a expandir seu capital para conservá-lo.” (Marx, 1971, p. 731). Podemos ainda dizer que a mais valia se materializa quando as mercadorias na qual ela esta embutida forem vendidas. E é essa materialização que, segundo Marx, é que distorce o entendimento de como a mais valia é produzida. Para ele, a concorrência acirra-se com maior intensidade no momento da produção da mercadoria e não na venda desta no mercado, como entendem ou como querem que entendamos a grande maioria dos formadores de opinião...

Para compreendermos melhor como é a concorrência entre os capitalistas na fase da produção das mercadorias, devemos analisar como se comporta o mercado. Ou seja, já que no mercado, invariavelmente, todas as mercadorias equivalentes serão vendidas basicamente pelo mesmo preço, bem como as matérias-primas adquiridas são assim compradas, então, é só na produção que será possível os capitalistas individuais obterem uma taxa de lucro superior aos demais capitalistas concorrentes. Sendo assim, segundo Vieira, é somente dessa forma que a

concorrência possa ser considerada então, - a mola propulsora das mudanças tecnológicas.

É nesse momento então, que (Marx, 1971) muito bem destaca que a concorrência entre os capitalistas de uma mesma indústria faz com que estes diminuam o capital variável em relação ao constante, e isso numa economia global faz com que os trabalhadores sejam sempre deslocados para outras indústrias ou outros setores da economia. Assim sendo, os trabalhadores tem que lançar-se novamente no mercado laboral na busca de “novas oportunidades” para valorização de sua força de trabalho. (Marx, 1971, p. 714) “A força de trabalho tem de incorporar-se continuamente ao capital como meio de expandi-lo, não pode livrar-se dele. Sua escravização ao capital se dissimula apenas com a mudança dos capitalistas a que se vende, e sua reprodução constitui, na realidade, um fator de reprodução do próprio capital. Acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado”.

A concorrência entre os capitalistas fará com que busquem uma taxa de lucro maior em relação aos demais, ou seja, ter uma “fatia maior do bolo” que cabe aos capitalistas na repartição da mais valia. E, isso só será possível com uma diminuição do capital variável que compõe o total do capital da empresa. Isso é possibilitado pelas inovações tecnológicas inseridas nos meios de produção, e aumento da mais-valia absoluta nas empresas com menor avanço tecnológico. Essa concorrência se dará pelo aumento da exploração da força de trabalho. (Explica-se aí então, como a força de trabalho é tão mal remunerada nos países periféricos). Assim como a acumulação do capital tende a ser constante e os demais capitalistas tentarão imitar toda e qualquer inovação, haverá sempre adoção de novos métodos de produção mais eficientes.

Isso porém, segundo (*Vieira, 1995*) só se dá quando se refere aos capitais individuais, pois quando se trata do sistema capitalistas como um todo, “a finalidade última da acumulação é assegurar e ampliar o poder das classes proprietárias sobre as classes subalternas. (*Vieira, 1995, p. 100*) “... A autonomização é uma necessidade que se apresenta como um resultado e uma resposta aos **conflitos** com os trabalhadores. Dito de outra forma, a autonomização é gerada dentro de um quadro de controle ou como um mecanismo de controle”. Mecanismos estes, que estudaremos no próximo capítulo.

1.5 Os Conflitos Entre Patrões e Empregados

Se por um lado a mais-valia só se materializa quando as mercadorias são vendidas no mercado, a força de trabalho por sua vez, é a única mercadoria cujo valor se estabelece através de uma luta social. Enquanto o operário procura incorporar o máximo de tempo de trabalho nesta mercadoria que vende ao capitalista, tendo em vista aumentar seu valor, este procura reduzi-lo ao máximo.

Como vimos anteriormente, a produção de bens de uso é apenas um meio pelo qual os capitalistas efetivam seu lucro, ou seja, eles se utilizam do processo de trabalho – força de trabalho, meios de trabalho e objeto de trabalho – para valorização do capital. Segundo (*Vieira, 1989, p. 16*) “... são esse elementos que experimentam o “Progresso Técnico”. São eles que vem sendo modificados na história do trabalho. Nestes termos, o “Progresso Técnico” só pode ser compreendido e apreendido como modificação nos elementos do processo de trabalho e sujeito, portanto, às leis que regem este mesmo processo. E no caso da

sociedade capitalista, como o processo de trabalho está subordinado à valorização do capital, aí reside a questão central.”

A força de trabalho, esta sim tem sido o grande entrave para o princípio da industrialização desde a criação das manufaturas, bem como até os dias de hoje, pois, os trabalhadores que agora estão livres detêm como sua principal moeda de troca a venda de sua força de trabalho ao capitalista - força física e conhecimento técnico.

(Vieira, 1989, p. 37)

“A transformação do processo de trabalho, vital para a acumulação capitalista, em determinados momentos históricos é dificultada pela oposição dos trabalhadores. E quando a força destes últimos se fundamente no conhecimento do ofício, o capital não hesita em recorrer a medidas administrativas e/ou políticas para retirar do trabalhador tal base e abrir caminho para o prosseguimento da extração da mais-valia”.

E não reside apenas neste aspecto a dificuldade do capital em relação ao trabalho. Como veremos no próximo capítulo, mesmo com o acúmulo de capital, este necessitava da força de trabalho para que a produção capitalista se desse em grande escala.

O capitalismo acumula mais capital mediante apropriação da mais-valia, diferença entre o trabalho efetivamente materializado no produto e a força de trabalho paga. Pelo trabalho o homem se conscientiza de sua condição e promove as mudanças políticas capazes de libertá-lo da exploração capitalista e conquistar a posse coletiva dos meios de produção. *(Vieira, 1989, p. 16)* “Por ser uma forma de exploração do trabalho alheio, a extração de mais-valia é um processo antagônico

cujas conseqüências inevitáveis são a reação dos trabalhadores na forma de recusa ao trabalho ou por realizá-lo com forma e ritmo diferentes do necessário, esta reação sempre significa um risco para os planos do capital”.

A própria fábrica ou o galpão da manufatura criam as oportunidades e as facilidades para que o trabalhador consiga se aglutinar, pelo menos no mesmo chão de fábrica. Esse contato entre as massas de trabalhadores faz nascer dentro da classe operária uma capacidade de mobilização jamais vista antes, tanto no modo de produção escravista ou no sistema feudal. A partir daí, os trabalhadores começam a fazer exigências por melhores condições de trabalho e salários. Era um sinal claro de que a classe trabalhadora buscava uma melhor fatia do ‘bolo da riqueza’ do qual produzia, pelo qual vendia sua força de trabalho.

A partir daí, os capitalistas percebem que faz-se **necessário o controle sobre o processo de trabalho**, uma vez que dele advém o seu lucro. Nas palavras de (Vieira, 1989, p. 16) “...fundamental para o capital, o controle sobre o processo de trabalho, única forma de garantir um fluxo permanente de mais-valia”.

Este controle sobre o processo de trabalho, será tema de estudo do próximo capítulo desta monografia.

1.5.1 Os Conflitos de Classes

A luta dos trabalhadores porém, não reside apenas no fato de querer melhores salários, é uma luta que se desenvolve dentro do processo de trabalho, mas que tem um sentido mais amplo. Cada vez mais é o enfrentamento entre dominante e

dominado, ou seja, os trabalhadores não querem ser tratados apenas como componentes do processo...querem participar do processo...controlar o processo...

“... considerada como una lucha en el interior del proceso de producción del plusvalor y contra él, la lucha de clases comprende, por parte de los trabajadores, todas las iniciativas – individuales o colectivas, pasivas o activas-, destinadas a escapar de la succión del dispendio de su actividad vital. En las agueras de la producción, la lucha puede revestir formas de negación de la condición de “ser para el capital”, como por ejemplo, tratando de desarrollar relaciones personales, manifestaciones culturales, formas de organización, en iniciativas que conduzcan al desarrollo de los trabajadores en cuanto individuos sociales y no como elementos del capital.” (*Vieira, 1995, p. 24*).

A luta dos trabalhadores não se dá apenas no aspecto econômico, considerado por Marx como um enfrentamento entre classes. O embate entre os capitalistas e a força de trabalho passa a ser então um “luta de classes”, e assim tem um sentido mais amplo, ele abrange a questão política, onde a luta não é apenas pela mais valia, e sim pelo poder: econômico e político.

Os trabalhadores a partir das lutas que são travadas dentro da fábrica, começam a desenvolver uma consciência quanto a questão social, como indivíduo na sociedade... um ser que conjuntamente com seus iguais, percebe a necessidade de mudanças para sua classe e vislumbra a possibilidade de mudanças no *status quo*.

Segundo (*De Giovanni apud Vieira, 1995, p. 26*) “La economía es, este punto, un primer nivel de organización general de las masas, pero, en esta suya determinada, no cuenta por sí misma como elemento de lo “social”, sino por la capacidad de expresar de manera concentrada las relaciones “políticas” de hegemonia entre las clases.”

Ao comentar Bernardo, em sua tese de doutorado, (*Vieira, 1995*) comenta que a estreita relação entre a economia e a luta de classes se deve à oposição de idéias existentes nas relações sociais, presentes entre dominante e dominado:

“La estrecha relación entre economía y lucha de classes propuesta por este autor se debe a que él deduce las principales características e instituciones del capitalismo contemporáneo del ‘modelo del plusvalor’ como desdoblamientos impuestos por la producción de la plusvalía absoluta y relativa, al mismo tiempo, muestra la lucha de classes com una derivación del antagonismo social presente en el mismo modelo” (*Vieira, 1995, p. 41*).

Vieira destaca ainda que se trata de um modelo de antagonismo social, devido à tensão entre os pólos que compõem enquanto relação, ou seja, de um lado os trabalhadores incorporando tempo de trabalho ao produto, e de outro, o capital apropriando-se deste produto. Essa é uma relação estranha neste conflito, pois, apesar da capacidade da força de trabalho de operar por um tempo superior ao que ela mesma traz incorporado, isso não é garantia de que ela assim o faça, nem muito menos que haja uma produção predeterminada.

A consciência do meio onde vive leva o trabalhador a perceber que não bastará uma luta isolada ou momentânea por melhores condições na esfera econômica. Sua luta deverá abranger também a esfera política, e não será mais uma luta de patrão e empregado... Será a luta entre dominante e dominado. Será a “luta de classes”.

1.6 A Necessidade do Controle Sobre o Processo de Trabalho

Os capitalistas percebendo a constante ameaça que os trabalhadores representam, tanto no aspecto econômico como no político, começam a desenvolver

as mais variadas formas de controle sobre a classe trabalhadora, com a finalidade única de manter-se no poder e perpetuar a extração da mais-valia.

Vieira destaca que as lutas de classe são imprescindíveis ao modo de produção capitalista, pois, sem que esse conflito existisse, haveria até a possibilidade de que a classe trabalhadora pudesse desaparecer, tamanho seria o grau de exploração, caso não houvesse a resistência por parte dos trabalhadores no processo extração da mais-valia. Por outro lado, sem perceber, os trabalhadores fazem com que os capitalistas reforcem constantemente seus métodos de exploração, e principalmente, o de controle sobre a classe trabalhadora.

A busca pelo controle sobre o processo de trabalho é, em outras palavras, um conflito entre essas duas classes – capitalistas X trabalhadores: a primeira querendo manter o poder sobre a classe trabalhadora, e a segunda querendo tomar o poder da primeira, onde todas as suas atitudes e movimentos (de ambos) objetivam esses fins, afetando assim em todos os aspectos da vida social. Assim, Vieira comenta que:

"la lucha de clases comprende entonces todos los movimientos y actitudes de ambos lados, objetivando sus fines particulares: los trabajadores para disminuir el tiempo de trabajo incorporado, y los capitalistas para aumentarlo. En segundo lugar, que la lucha de clases nace de la contradicción en la producción, pero la rebasa y alcanza toda vida social".

Para compreendermos melhor como se dá a necessidade de controle sobre a força de trabalho no aspecto econômico, devemos recordar a concorrência entre os capitalistas na busca de obter a maior fatia na distribuição da mais-valia obtida da exploração dos trabalhadores. A intensificação da extração da mais-valia passa a ser vital para os capitalistas, e isto só será possível através do controle total sobre o

processo de trabalho. (*Bravermann, 1977*) comenta que, ao comprar a força de trabalho, os capitalistas não sabem o que estão comprando, não têm a capacidade de mensurar antecipadamente a eficiência de cada indivíduo, ou seja, não podem antecipar qual o valor criado pelos trabalhadores em cima do valor da força de trabalho. Então, os capitalistas lançam mão de umas estratégias com essa finalidade, estratégias estas que estudaremos no próximo capítulo.

Além disso, analisando (*Bernardo, 1991*) este define o modelo de produção de mais valia no sistema capitalista. É possível verificar como é importante para os capitalistas intensificarem o processo de controle sobre a força de trabalho, qual seja, o de extrair ao máximo de produtividade dos trabalhadores, constituindo-se assim uma busca de uma taxa de lucro superior aos demais. Para melhor completar esse raciocínio, devemos novamente buscar nas palavras de (*Bernardo, 1991, p. 61*) “A solução do mistério reside na especificidade do valor de uso da força de trabalho, nessa sua capacidade de fazer com que os equivalentes, os tempos de trabalho incorporados, sejam quantitativamente diferentes em cada um dos tempos da relação. É a ação da força de trabalho que ao mesmo tempo institui a equivalência, pela incorporação do tempo de trabalho, e implanta o conflito, pela defasagem entre os tempos de trabalho incorporados.” E é essa defasagem, segundo Bernardo, que exprime a privação em que a força de trabalho se encontra relativamente ao controle do processo de trabalho, do destino do produto e de seu consumo.

Ao mesmo tempo em que o capitalista capacita mais o trabalhador, dando-lhe melhores instrumentos de trabalho, mais ele lhe retira a capacidade do controle sobre o processo de trabalho, reduzindo-lhe sua importância, e assim cada vez mais aumenta a extração de mais-valia.

Para o capitalismo, portanto, o desenvolvimento do trabalho significa o aperfeiçoamento e a criação de novas formas de extração de mais-valia e tem como resultado necessário o avanço do controle do capital e o definhamento da contribuição dos trabalhadores. Ou seja, as diminuições de sua importância no processo de trabalho.

Segundo *Vieira (1989, p. 16)*

“A mecanização do trabalho, uma característica desta sociedade, ilustra perfeitamente esta teoria. Porque opera ininterruptamente e com maior velocidade, a máquina aumenta a produtividade e também obriga o trabalhador a dar mais trabalho no mesmo tempo, aumentando assim a mais-valia. Por outro lado, diminui a interferência humana e inutiliza parte dos conhecimentos profissionais e operário.”

Isso fica claro se observamos que na época das **manufaturas**, o mais importante para se revolucionar a produção, era a força de trabalho. Na **indústria moderna**, é o instrumental de trabalho. Podemos então dizer que a máquina faz com que os trabalhadores percam sua importância no processo de trabalho, já que grande parte da força de trabalho é substituída pela máquina, que deixa de ser apenas instrumento de trabalho para ser complemento da força de trabalho. E em muitos casos sendo o trabalhador apenas uma extensão da máquina.

A luta dos artesões para resistir ao processo que forçosamente lhes tirava a capacidade e os meios de sobrevivência está muito bem descrita nas palavras de (Thompson *apud* Costa, 1996, p. 15) “Lutaram, não contra a máquina, mas contra as relações exploradoras e opressivas intrínsecas ao capitalismo industrial.”

Para Marx, com o incremento das invenções e a procura crescente das novas máquinas inventadas, cada vez mais se diferenciava em ramos autônomos diversos

a produção de máquinas, e se desenvolvia a divisão do trabalho nas manufaturas que construíam máquinas. A manufatura constitui assim, em uma base técnica imediata da indústria moderna. A primeira produzia a maquinaria com que a segunda eliminava o artesanato e a manufatura nos ramos de produção de que se apoderava.

Ao contrário do que possa imaginar a maioria das pessoas, de que a evolução tecnológica, bem como a invenção de qualquer tipo de máquina, por mais simples que esta seja, não está voltada para facilitar ou suavizar a carga dos trabalhadores que vendem sua força de trabalho aos capitalistas. Para Marx, toda e qualquer invenção ou criação no campo das máquinas e em qualquer instrumento ou meio de trabalho só será empregada na produção se realmente isso fará com que o capitalista obtenha mais-valia na utilização desta referida máquina. Ou seja, essa máquina, como qualquer outro instrumento de trabalho, tem por finalidade baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa para si mesmo, para ampliar a outra parte que ele dá gratuitamente ao capitalista. Não obstante a isso, toda tecnologia, mais cedo ou mais tarde, será copiada pelos concorrentes.

Assim, a luta dos trabalhadores na busca por melhores salários e a menor exploração de sua força de trabalho, servem como mola propulsora para que os capitalistas busquem novos meios de trabalho mais eficientes, afim aumentar a intensidade de exploração sobre a classe trabalhadora, conforme destaca (*Vieira, 1995, p. 44*)

“Si para los capitlaistas el control sobre el proceso productivo es fundamental para aumentar el plusvalor, para los trabajadores lo es po el motivo contrario, disminuir la explotación. Como consecuencia, además de la ya mencionada lucha por la disminución de la explotación, o paralela a ella, se despliega la lucha por el control, en la cual, una arma muy poderosa usada por los empresarios hs sido la transformación de los medios de producción.”

Os métodos pelos quais os capitalistas exercem seu poder sobre a classe trabalhadora vão muito além do âmbito da empresa (as quais veremos no próximo capítulo), passando pela esfera política, pois, para eles, além do processo de exploração da mais-valia, o que mais interessava aos capitalistas era a continuidade do controle sobre o processo de trabalho e impor seu controle sobre a classe operária, ou seja, o aumento de seu poder sobre os comandados. Senão, vejamos o que diz (*Lipietz, 1984, p. 105*) “Na busca desse objetivo, o capitalismo não pode, absolutamente, em nenhum estágio de seu desenvolvimento, contentar-se com o “simples jogo da leis econômicas”.

Outra contribuição à este raciocínio encontramos em (*Vieira, 1995, p. 26*)

“La esencia de la práctica política es la obtención, conservación y ampliación del poder, entendido como una relación social en la cual una de las partes impone a la otra su voluntad.(...) En resumen, la acumulación del capital es simultáneamente una acumulación del poder. Y la importancia de la acumulación del poder adquiere su verdadera dimensión cuando se recuerda que las actividades económicas son mediatizadas por relaciones políticas, en las cuales lo que está en juego es el poder.”

Para que o controle do processo de trabalho fosse completo, é que tornou-se imprescindível a partir do desenvolvimento da industrialização, e por conseguinte do capitalismo, um controle total da força de trabalho, começando na esfera econômica, passando pela esfera política. Assim, a fiscalização sobre a classe trabalhadora deveria estender-se além dos portões das fábricas...

E neste caso, comenta (*Vieira, 1995*) o problema do controle social consiste em induzir os indivíduos a aceitarem a relação salarial, bem como as condições de vida inerentes à condição de ser apenas força de trabalho.

Nesta perspectiva, é possível concluir que o jogo do poder também se passa dentro da mesma esfera do processo de trabalho na qual os trabalhadores discutem

com os capitalistas por melhores salários e melhores condições de trabalho, ou seja, a mudança nos processos de trabalho, bem como suas constantes mudanças técnicas de produção e de organização, não são um mero expediente utilizado pela classe dominante, afim de obter tão somente um melhor lucro, mas sim de continuar exercendo seu poder sobre os dominados. Assim, vejamos as palavras de (*Vieira, 1995, p. 27 e 28*)

“lo que se está afirmando puede ser mejor estableciendo un paralelo com la historia del capitalismo, y considerando a las distintas etapas de la produión – cooperación, manufactura, gran industria – no como formas técnico-organizativas del processo productivo, sino como métodos más eficazes de extracción del plusvalor. De la misma manera, los diferentes modos de producción – esclavitud, feudalismo y capitalismo – pueden ser considerados como actualización histórica e como adecuación de la relación dominantes-dominados al desarrollo de las fuerzas productivas.”

Nessa linha de argumentação, destaca (*Vieira, 1995*) se pode considerar uma determinada organização da sociedade como uma forma de exercício de poder, ou seja, como um mecanismo que permite a uma classe impor sua vontade sobre as demais. Isto significa que a existência e a reprodução de uma organização social dependeriam de sua funcionalidade em relação ao objetivo último de garantir os privilégios das classes dominantes.

Assim, toda vez que se fizer necessária alguma mudança no sentido de perpetuar o exercício de domínio sobre as classes dominadas, igualmente será feito, tanto no campo político como no econômico, pois, o que interessa em última instância é a manutenção do poder. Domínio este possibilitado pelas constantes implantações e alterações nas formas de controle sobre o processo de trabalho, da qual lançam os capitalistas para exercer este controle. As quais destacaremos no próximo capítulo.

CAPÍTULO II

FORMAS DE CONTROLE DO PROCESSO DE TRABALHO

2.1 Introdução

Como vimos no capítulo anterior, o controle sobre a força de trabalho se dá em todos os modos de produção que existiram no transcorrer da história humana – tanto no escravismo, passando pelo sistema feudal até nos tempos atuais com o modo de produção capitalista. Neste capítulo, vamos estudar as **formas de controle** que os detentores do capital usam para se **perpetuar seu poder** sobre a classe trabalhadora.

Estas formas de controle sobre a classe trabalhadora são exercidas de várias maneiras: podendo os capitalistas fazer uso dos próprios meios de trabalho, como as máquinas; podem mudar e o fazem constantemente com essa finalidade as formas de organização do processo de trabalho – fordismo, toyotismo, terceirização, programas de remuneração variável; etc;... podem ainda fazer uso da força do Estado – leis de trabalho, normas de conduta, globalização, etc..e ainda o fazem através dos meios de comunicação e mais recentemente, através das escolas e universidades, como veremos neste capítulo. Focaremos este estudo sobre formas de controle sobre o processo de trabalho no modo de produção capitalista, uma vez

que estas formas de controle passaram a ser mais sutis, haja vista que os trabalhadores eram em sua grande maioria homens livres, não sujeitando-se, portanto, a trabalhar para outro sem que fossem controlados.

2.2 Iniciando o Controle

Este controle tem início ainda “no estágio de acumulação primitiva do capital, onde a burguesia, conduz uma luta política contra ‘as massas pobres’ dos antigos modos de produção, que num mesmo movimento, cerca os terrenos comunais, organiza o êxodo rural, abre manufatura e *workshops*, acua os vagabundos.” (*Lipietz, 1984, p. 106*), ou seja, para que os capitalistas pudessem levar a cabo uma produção capitalista de grande escala, era necessário algo mais que o seu dinheiro acumulado, era preciso que houvesse trabalho que proporcionasse o lucro desejado. Portanto, era necessária também uma oferta de trabalho adequada a este fim.

A partir daí então os capitalistas desejam não somente querer os serviços desta força de trabalho, era necessário ter o controle e assegurar-se que fosse contínuo, fazendo com que houvesse uma dependência por parte da força de trabalho em relação ao capital, e assim esta lhe fosse subserviente. Conforme destaca (*Lipietz, 1984, p. 105*) “Curvar o proletariado às necessidade espacialmente determinadas pela acumulação do capital, torna-se desde esse momento um imperativo constante e continua a sê-lo nos estágios ulteriores do capitalismo”.

Nesse momento então, como os trabalhadores estavam desorientados, fora de seu ambiente, sem a ‘capacidade’ e sem meios de reproduzir sua força de trabalho,

nem tampouco deslocar-se com facilidade, tornaram-se 'presa' fácil para que os detentores do capital conseguissem sua força de trabalho sem muito esforço.

Os que ainda relutavam em vender sua força de trabalho aos capitalistas, mesmo sem suas terras ou destituídos de seus meios de trabalho, eram obrigados a fazê-lo pois, "outras relações sociais (impostos, necessidade de pagar aluguel, etc.) são constantemente necessárias para lançar rapidamente o 'trabalhador livre' no redemoinho." (*Lipietz, 1984, p. 106*).

Houve, porém, os que tentaram resistir, entregando-se a mendicância; a vadiagem, ou ainda tornaram-se ladrões, o que, para Bernardo, isso pode ser interpretado como uma forma de protesto individual. Estes trabalhadores, porém, logo seriam forçados a enquadrar-se dentro das normas exigidas pela classe dominante.

2.3 O Controle do Estado e a Repressão aos Trabalhadores

Não é por mera coincidência, segundo (*Bernardo, 1998*) que os Estado Nacionais se solidificam ao mesmo tempo em que o capital opera seu processo de evolução rápida através da produção em massa. Para este autor, o Estado Nacional foi instrumento pelo qual os capitalistas se consolidam "sob dura oposição dos setores mais radicais e inovadores do movimento proletário...".

O Estado não só patrocinou o êxodo do trabalhador camponês de suas terras, através de "Leis de Fechamento baixadas por um governo de Latifundiários e para os latifundiários eram a ordem do dia. O trabalhador com terra tornou-se o

trabalhador sem terra – pronto, portanto, a ir para a indústria como assalariado” (*Hubermann, 1986, p. 163*), mas também deve garantir que este trabalhador esteja a disposição da indústria.

Assim, ainda que o trabalhador negasse estar disposto a “servir” ao capital, o Estado poderia intervir em favor dos capitalistas reprimindo qualquer manifestação em favor dos trabalhadores, ou ainda, criando leis que não permitissem aos indivíduos tornarem-se “vagabundos”, sem “ocupação”. Aqui pode-se destacar a “Legislação Sanguinária”, praticada na Inglaterra no início do processo de industrialização, na qual, aqueles que eram encontrados “vadiando”, eram presos por serem vagabundos, ou ainda reprimir qualquer tipo de manifestação de trabalhadores na busca de melhores condições de trabalho e/ou salários. Desta forma, segundo (*Bernardo, 1998*) os capitalistas poderiam controlar tanto as formas organizadas de protesto, “o coletivismo radical”, bem como o protesto mais individual sob a forma de vadiagem. Essa repressão, contudo, não se dá apenas no âmbito social, mas principalmente dentro da fábrica, através de castigos, punições, diminuição dos salários, etc..., “as compulsões legais e uma estrutura informal de castigo no seio das fábricas foram freqüentemente ampliadas num completo sistema social que abrangia jurisdições inteiras” (*Bravermann, 1987, p. 67*).

Para Bernardo porém, essas repressões passam a ter custos muitos elevados, além de não serem eficazes no controle dos trabalhadores “quando o trabalhador se desinteressa, quando finge trabalhar, mas trabalha menos, quando sabota – a partir de então repressão, para ser eficaz, não poderia convergir apenas no ataque as contestações (...) mas teria de se multiplicar em formas redobradas de vigilância do processo de trabalho. É aqui que os custos começam a ser incompatíveis para os

capitalista.” (Bernardo, 1991, p. 65 e 66). Por isso que a repressão deixa de ser funcional, fazendo com que os capitalistas buscassem novas formas de controle sobre os trabalhadores.

E se no início da industrialização, os capitalistas estavam “protegidos” pelo Estado, e este lhe servia como um órgão coordenador, hoje, com os grandes grupos econômicos, os capitalistas concentram “poderes de Estado”, como podemos analisar nas palavras de (Bernardo, 1998, p. 66)

“Os capitalistas concentram os três poderes constitucionais. Têm um poder legislativo porque, mediante a gestão do trabalho e da economia, decidem a organização da sociedade em geral. Têm um poder executivo porque impõem uma dada disciplina aos empregados de cada empresa e enquadram, de uma dada maneira os tempos de ócio da maioria da população. Têm um poder judiciário porque penalizam os trabalhadores que infringirem as disposições estatutárias e desrespeitarem o organograma da empresa...”

Tendo agora os trabalhadores a sua disposição, os capitalistas tinham que discipliná-los ao cumprimento de suas tarefas, para isso era necessário que os mesmos fossem agrupados em galpões, além que uma fixação da jornada de trabalho, o que facilitaria a vigilância sobre os mesmos e assim fosse coibida qualquer paralisação por qualquer motivo, dentro da fábrica. Além de se obter um maior controle físico sobre cada indivíduo.

2.4 O Controle Físico na Fábrica

Com os trabalhadores agora dispostos em um grande galpão, seria mais simples para os capitalistas exercer uma vigilância sobre os mesmos, podendo assim controlá-los melhor, já que, “o controle sem centralização do emprego era, senão impossível, certamente muito difícil, e assim o requisito para a gerência era a

reunião de trabalhadores sob um único teto” (*Bravermann, 1987, p. 66*). Dentro das fábricas, destaca Bravermann, a “gerência primitiva” assume formas rígidas e despóticas, visto que a criação de uma “força de trabalho livre” exigia métodos coercitivos para habituar os trabalhadores às suas tarefas e mantê-los trabalhando.

“Os estágios do controle gerencial sobre o trabalho antes de Taylor incluíram, progressivamente: a reunião de trabalhadores numa oficina e a fixação de jornada de trabalho; a supervisão de trabalhadores para garantia de aplicação diligente, intensa e ininterrupta; execução das normas contra distrações (conversas, fumo, abandono do local de trabalho, etc.) que se supunha interferir na aplicação; a fixação dos mínimos de produção etc. um trabalhador está sob controle gerencial quando sujeito a essas normas ou a qualquer de suas extensões e variações”. (*Bravermann, 1987, p. 86*).

O próprio formato da construção dos galpões, tinha (tem) a função de evitar a distração da força de trabalho, fazendo com que essa concentrasse exclusivamente nos meios e no objeto de trabalho, a fim de se obter uma melhor produtividade.

Este controle físico sobre a classe trabalhadora porém, era limitado, constituindo assim para os capitalistas um desafio. Tornar a classe trabalhadora sob seu jugo, disciplinada, a tal ponto que, não fosse necessária a vigilância ostensiva por parte dos dirigentes da fábrica.

2.5 A Máquina: Ferramenta de Controle e Intensificação da Exploração

Como viu-se no capítulo I, todas as reivindicações imediatas dos trabalhadores e todas as implicações mais diretas das suas formas de luta incidem, em última análise, na redução da jornada de trabalho e no acréscimo da remuneração.

É nesta perspectiva então que a mecanização do processo de trabalho se faz necessária. O desenvolvimento do trabalho no capitalismo portanto, significa o

aperfeiçoamento e a criação de novas formas de extração de mais-valia e tem como resultado necessário o avanço do controle do capital e o definhamento da contribuição dos trabalhadores.

A mecanização do trabalho faz com o que o trabalhador trabalhe como a máquina, ou seja, ininterruptamente e com maior velocidade. A máquina aumenta a produtividade e também obriga o trabalhador a realizar mais trabalho no mesmo tempo, aumentando assim a mais-valia. Diminuindo a interferência humana e inutilizando parte dos conhecimentos profissionais do operário, essencial ao capitalista no confronto com os trabalhadores, podendo dessa forma substituí-los por outros trabalhadores a qualquer momento, pois, “despossuída de qualquer controle sobre o processo de trabalho, a força de trabalho não domina o sistema mecânico e, pelo contrário é por ele dominada, sendo a maquinaria que impõe o ritmo de atividade” (*Bernardo, 1991, p. 69*).

Por outro lado, ao manusear a máquina, o trabalhador precisa nela concentrar-se, não podendo desviar sua atenção, ou seja, enquanto que o trabalhador controla e máquina, por ela é controlado, não necessitando ser constantemente vigiado pelos administradores. Dito em outras palavras,

“...a máquina aumenta o controle da administração e enfraquece a posição operária que depende em grande parte do quanto esta classe detém dos conhecimentos necessários à realização do trabalho. Este movimento de domínio de capital e de desqualificação da força de trabalho é acelerado, também, pelas incessantes e cada vez profundas ondas de inovações tecnológicas provocadas pela concorrência intercapitalista.” (*Vieira, 1989, p. 16*).

A quem possa (e há muitos) dizer que a invenção de máquinas tenha sido uma evolução natural dos meios de trabalho surgindo apenas como forma de aumentar a

produtividade ou até mesmo suavizar o fardo dos trabalhadores...E, os que o fazem, são desmentidos por Bernardo nesta citação: “Entre os próprios inventores que criaram a primeira geração de máquinas da indústria capitalista, contam-se aqueles que não concebiam os novos mecanismos independentemente de novas formas de organização do trabalho” (*Bernardo, 1991, p. 69*). Ou seja, para este autor, a inovação tecnológica é previamente concebida como forma de alterar a organização do trabalho, fazendo com que os meios de produção sejam inteiramente mecânicos, quando muito o trabalhador, é uma mera extensão, um complemento dos meios de trabalho, além de ser as próprias máquinas, o meio “disciplinador do processo de trabalho”.

Como pode-se perceber, a máquina não veio para suavizar a vida dos trabalhadores. Para (*Marx, 1971*) a mecanização e a criação de máquinas cada vez mais modernas, frutos da inovação tecnológica constante, servem apenas a dois propósitos: o primeiro é estabelecido por uma diminuição dos custos de produção e obtenção de mais-valia, e o segundo, é o de tornar a força de trabalho o menos importante possível dentro do processo de trabalho e, assim, enfraquecer os trabalhadores. Assim, pode-se observar também nas palavras de (*Vieira, 1989, p. 17*) “Criado para garantir e aumentar o excedente e não para melhorar as condições de trabalho, o processo de inovação tecnológica volta-se sempre contra a força de trabalho. Embora faça constantemente novas exigências de qualificação, esse processo tem como função, de um lado contribuir para o desaparecimento de profissões, e de outro, desenvolver uma tecnologia para propiciar ao capital o controle absoluto das condições de sua reprodução. Pode-se concluir então, que em

última análise, isto implica na própria reprodução das relações capitalistas, ou seja, na reprodução do domínio de classe.

E assim, na medida em que as máquinas vão sendo aperfeiçoadas através da automação, elas passam não só a disciplinar a classe trabalhadora, mas também, a enfraquecê-la, pois, agora os capitalistas passam a depender cada vez menos da força de trabalho, já que esta deixa de ser apenas uma ferramenta da força de trabalho para “tomar o lugar” da força de trabalho. E isso ocorrerá toda vez que os capitalistas julgarem necessário... tanto pelo lado econômico, quanto pelo lado político (controle).

Quando em situação favorável no processo de trabalho, o trabalhador, obstaculiza o avanço da acumulação e a tecnologia produtiva revela-se impotente para resolver o problema. Nesse caso, os capitalistas lançam mão de novos métodos administrativos e mesmo de medidas políticas que podem alterar a correlação de forças na fábrica e na sociedade, criando bases para novas etapas na acumulação e no desenvolvimento tecnológico. Vale aqui lembrar que o desenvolvimento tecnológico e a automação das fábricas foram facilitados por mudanças na organização do processo de trabalho os quais estudaremos a seguir.

2.6 Reorganizar o Processo de Trabalho – Dividir os Trabalhadores

Para um melhor entendimento de como o capital organiza e reorganiza os métodos de produção, objetivando sempre a obtenção de uma melhor produtividade e reforçar o controle sobre o processo de trabalho. A classe dominante, na sua

busca incessante por obtenção de mais-valia, os capitalistas passam a controlar o tempo e com isso passam a ter controle sobre o tempo necessário para execução de determinado(s) movimento(s) de cada indivíduo na execução de determinada tarefa, podendo agora, pré-determinar a quantia necessária de tempo que o restante dos indivíduos devem executar a mesma tarefa.

“La compulsión burguesa hacia el incremento de la productividad y a la racionalización de los movimientos que genera la división parcelaria del trabajo y que encuentra en Taylor su expresión más acabada, esa compulsión fue lo que llevó a la constitución de una “anatomía política” (Foucault), entendida como el estudio del cuerpo con fines políticos, y que enseña cómo ejercer dominio sobre el cuerpo ajeno para hacerlo no sólo obediente como eficiente. Para hacer no solamente lo que se quiere, sino cómo se quiere que sea hecho”. (Vieira, 1995, p. 72).

Taylor defendeu, no início do século, que a forma mais produtiva de organizar o trabalho era “reduzi-lo a tarefas simples e repetitivas, que exigissem a menor qualificação possível dos trabalhadores encarregados de executá-las”. Isso possibilitaria entre outras coisas, a divisão do trabalho, e por consequência não necessitaria de uma força de trabalho mais qualificada podendo esta questão ser executada por trabalhadores menos qualificados e, portanto, com menor remuneração. Outro aspecto a ser considerado, era que essa divisão de tarefas em pequenos movimentos simples e repetitivos faria com que surgisse uma nova onda de inovações tecnológicas, com implantações de novas máquinas, que fariam os “movimentos” ao homem através de sua força de trabalho.

Uma forma de organização do processo de trabalho que merece destaque foi a adotada por Henry Ford – a qual veio a ser chamada de *fordismo*. O *fordismo* aplica as concepções do *taylorismo* na organização de suas fábricas, colocando os trabalhadores ao redor de uma linha de montagem em série, onde cada trabalhador da cadeia de produção executava repetidamente a mesma tarefa. Este sistema de

organização da produção mostrou-se muito eficiente, pois conseguia fazer com que os trabalhadores tivessem sua força de trabalho explorada com uma intensidade até então não conseguida.

Esse processo de fragmentação do trabalho possibilitava ao capitalista, além da obtenção de uma maior produtividade, a substituição imediata de qualquer trabalhador, pois não exigia qualificação.

Porém, o modo de organização da produção do modelo *fordista/taylorista*, tinha o inconveniente de agrupar ainda mais a classe trabalhadora, pois, com a divisão do trabalho, são criadas novas classes de trabalhadores, e estes assim vão se agrupando em novos sindicatos, específicos de cada profissão. Novamente o capital lança mão de novas estratégias a fim de enfraquecer os trabalhadores. Essas estratégias consistem em premiar com melhores salários as diferentes composições dos trabalhadores dentro da empresa. Isso causaria uma divisão entre os trabalhadores: uns comprometidos com a causa da luta de classe, outros compromissados com os resultados da empresa. Assim, para os trabalhadores que se destacam dentro da empresa, tanto no aspecto de conhecimento do trabalho como também pelas qualidades organizativas e de liderança, são premiados com melhores salários e benefícios.

"La división del trabajo, al crear distintas capas de trabajadores, implica también tipos de control diferenciados. mientras los obreros que ocupan puestos periféricos en el proceso productivo caen bajo las reglas técnicas, aquellos que están en posiciones estratégicas serán el blanco de formas "más sutiles de dominación hegemónica", como son los programas de relaciones humanas, de valorización profesional y de diferenciación frente a los demás trabajadores; estos mecanismos componen las reglas de regulación social (social regulative rules), y pueden ser asimiladas al control ideológico mencionado por Burawoy, en la medida que buscan provocar en los trabajadores el sentimiento de un compromiso voluntario con los objetivos de la organización." (Vieira, 1995, p. 62).

O parcelamento do trabalho não tem função única de aumentar a produtividade, ele possibilita ao capitalista deter o conhecimento sobre o processo de trabalho que outrora pertencia ao artesão. Assim, os trabalhadores estarão sempre subordinados aos patrões. Porque

“...para el capitalista, éste era el único medio de lograr que su papel fuera indispensable. Si cada productor hubiera podido combinar él mismo las diferentes tareas que intervienen en la fabricación de los alfileres, pronto hubiese descubierto que podía colocarse en el mercado de alfileres sin la mediación del patrón...” (*Marglin apud Gorz, 1977, p. 57*)

A divisão do trabalho, conforme destaca (*Gorz apud Marglin, 1977*) não é criação do modo de produção capitalista, é uma característica de todas as sociedades complexas em particular nas sociedades industrializadas. São os capitalistas, no entanto, que fazem uso da divisão técnica do trabalho, justamente como uma ferramenta de controle sobre o processo de trabalho, já que com isso consegue-se uma divisão de interesses entre as classes dos diferentes trabalhadores, ou seja, “dividir para reinar”.

Porém, como Marx já havia verificado, o processo de agrupamento de um grande número de trabalhadores incrementa na mesma proporção sua capacidade de organização, resistência contra a classe que o controla. Se para combater essa resistência, os capitalistas implementaram a divisão do trabalho como forma de fragmentação da classe trabalhadora; isso segundo (*Vieira, 1995*) não foi o suficiente “Sin embargo, la segregación colectiva no fue suficiente”. Assim, foram necessários “procedimientos complementarios, como poner un individuo en cada lugar, aislar los unos de los otros, evitar la circulación y comunicccción que no puedan ser controladas. Estar en condiciones de localizar cada uno a cualquier momento”. Todavia, o processo de controle sobre os trabalhadores deveria se intensificar,

buscar uma melhor maneira para que o controle da disciplina fosse mais eficaz, e ainda extrair dos trabalhadores outras qualidades, as quais veremos a seguir.

Então, mais uma vez os capitalistas buscam formas de romper com os elos da corrente que unia a classe trabalhadora dentro da fábrica e vinha se fortificando dentro das mesmas. Portanto, o grande capital busca ao mesmo tempo em que disputavam o domínio do mercado mundial, uma forma de organização da produção que fosse mais flexível, ou seja, que respondesse mais rápido às alternâncias do mercado, no qual a produção se expandiria ou retrairia de acordo com a demanda. Para isso era necessário que os trabalhadores fossem mais qualificados e multifuncionais; teriam que ser disciplinados, sem contudo fosse necessário vigiá-los.

Isso parecia um sonho para os capitalistas do início da industrialização e seus seguidores. Porém, deixa de ser sonho e torna-se realidade, não no berço da industrialização (na Inglaterra), nem tampouco no país mais desenvolvido tecnologicamente. As primeiras experiências neste sentido foram feitas na fábrica da Toyota no Japão, daí o nome para este novo processo de organização do trabalho de *toyotismo*. Outrora já foi chamada de subcontratação, hoje é conhecida como **terceirização**.

Se no processo de organização do trabalho fordista, a incorporação cada vez maior de trabalhadores assalariados estava colada à organização seriada e à forma como se expandia a acumulação, na nova forma de organização do trabalho proposta pelo *toyotismo*, há um núcleo central no aparelho produtivo, que comanda uma série de pequenas empresas, que controla a necessidade de aumento ou não

da produção de acordo com a demanda pelos produtos por esta empresa fabricados.

A flexibilidade interna da empresa desse novo tipo de organização do trabalho só é possível porque os capitalistas conseguem extrair da classe trabalhadora todo seu potencial como força de trabalho, como podemos observar nas palavras de (Coriat, 1992, p. 89):

“Capacidad para efectuar tareas diferentes, para manejar varias máquinas correspondientes a operaciones sucesivas, para administrar tanto la programación como el diagnóstico, el mantenimiento la calidad....: ésta es la especificidad última de la nueva organización del trabajo que aporta la escuela japonesa.”

Agora, além de extrair-lhes o máximo de sua capacidade, os capitalistas transferem aos trabalhadores a responsabilidade do resultado da empresa e, como consequência, cada trabalhador agora será para o outro seu controlador, ou seja, o capital, ao criar esta nova forma de organização do processo de trabalho, percebe que criando os sindicatos e nele organizando-se, os trabalhadores demonstram que além de força bruta, possuem outras virtudes que devem ser canalizadas em favor do capital. Assim, deve-se explorar-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação...

“Os trabalhadores haviam-se mostrado capazes de controlar diretamente não só o movimento reivindicativo, mas o próprio funcionamento das empresas. Eles demonstraram, em suma, que não possuem apenas uma força bruta, sendo dotados também de inteligência, iniciativa e capacidade organizacional. Os capitalistas compreendem então que, em vez de se limitarem a explorar a atividade muscular dos trabalhadores, privando-os de qualquer iniciativa e mantendo-os enclausurados nas compartimentações estritas do taylorismo e do fordismo, podiam multiplicar o seu lucro explorando-lhes a imaginação, os dotes organizativos, a capacidade de cooperação, todas as virtualidades da inteligência. Foi com este fim que se desenvolveram a tecnologia eletrônica e os computadores e que se remodelaram os sistemas de administração de empresa, implantando-se o toyotismo, a qualidade total e outras técnicas similares de gestão.” (Bernardo, 2000, p. 29)

O processo de exploração contínua, agora está com nova roupagem. Explorados agora de forma mais efetiva, e com um agravante, eles próprios serão os “vigilantes disciplinadores” uns dos outros, controlando-se mutuamente e tendo até sua vontade e disposição a serviço da classe dominante. O poder disciplinador dessa nova organização do processo de trabalho

“es ejercido sobre el cuerpo com el fin de moldearlo, entrenarlo, hacerlo obedecer, multiplicar sus fuerzas, incrementar su habilidad para volverlo más útil. En este sentido, el poder es positivo, construtivo. No es suficiente tener el poder de hacer que las personas se sometan al trabajo; es preciso ir más allá, es preciso conseguir que las partes de sus cuerpos realicen movimientos programados.” (*Vieira, 1995, p. 67*).

Nesta perspectiva, segundo Marglin, a origem da fábrica se devesse a necessidade não de controle, mas sim da disciplina, ou seja, a criação de uma disciplina fabril, devido ao fato de que, para um bom aproveitamento de um grupo de trabalhadores, a disciplina sem sobra de dúvidas, é a forma de controle mais eficaz no aumento da eficácia e no aumento da produtividade.

Cada micro empresa a qual estava subdividida a empresa-mãe, agora passaria a ser dirigida pelos próprios funcionários, muitas vezes até estando sob o teto da empresa-mãe ou até mesmo fazendo uso do próprio maquinaria que outrora fazia parte da composição do capital constante da empresa-mãe. Um olhar menos atento poderia perguntar: se os funcionários, a fábrica e as máquinas são os mesmos, qual o propósito da mudança do processo de organização do trabalho? Se aparentemente nada de tão substancial pareça ter mudado.

Vejamos: as empresas subcontratadas empregariam a força de trabalho que “sobrara” do desligamento dos contratos de trabalho com a empresa-mãe, (ou pelos

menos parte dela), desvinculando estes trabalhadores da empresa-mãe. Assim, em caso de diminuição ou aumento da produção, esta não seria responsável pelas despesas com dispensa ou contratação de mais trabalhadores.

Essa nova forma de organizar o trabalho através de subcontratação ganha nova roupagem e, recentemente, é conhecida por **terceirização**, mas na verdade é apenas um disfarce para todo um processo de subcontratação, onde os salários e os benefícios geralmente são inferiores aos trabalhadores que tiveram a capacidade e o “privilegio” de trabalharem na ‘empresa-mãe’, acentuando ainda mais a divisão do trabalho, pois se de um lado temos os trabalhadores “privilegiados” trabalhando na empresa contratante e outros “precarizados” trabalhado na empresa contratada.

Assim, como ocorre com as máquinas, as demais formas de controle sobre o processo de trabalho também vão sendo renovadas, recriadas, afim de que se tornem cada vez mais eficientes no objetivo pelo qual estas são implementadas.

2.6.1 A Organização do Processo de Trabalho e a Globalização

Analisando, o aspecto das inovações constantes nos meios de trabalho, onde a todo instante são criadas novas máquinas, tem como função a luta entre o capital X força de trabalho, pelo controle do processo de trabalho, a de enfraquecer e diminuir a importância dos trabalhadores. Mesmo enfraquecidos, porém, os trabalhadores conseguem organizar-se, seja em partidos políticos de esquerda, em sindicatos e nos próprios locais de trabalho, constituindo sempre uma ameaça aos capitalistas e a perpetuação do poder por estes exercidas.

A nível mundial a organização e a unificação da classe trabalhadora praticamente sempre foram incipientes. Mesmo no socialismo, apesar de difundido por todo planeta, não conseguiu aglutinar as classes trabalhadoras de todas as nações, até porque a divisão internacional do trabalho não o permitia. A organização sempre se deu de forma isolada dentro de cada fronteira (às vezes ao mesmo tempo o que causava muita preocupação aos capitalistas), cada qual com suas peculiaridades, com maior ou menor intensidade.

Em termos sociais, uma classe se fortalece quando está mais coesa. Isto significa que os capitalistas aumentaram a sua coesão à escala internacional. Ora, o reforço dos exploradores só se opera mediante a debilitação dos explorados. (Bernardo, 2000, p. 47) “A fraqueza dos explorados corresponde à sua fragmentação social, e as fronteiras nacionais são uma das formas assumidas por esta divisão. Atualmente, temos uma economia transnacionalizada, capitalistas internacionalizados e trabalhadores repartidos em nações”.

Nesse propósito, a globalização é uma ferramenta poderosa nas mãos do capital, pois toda vez em que localmente/regionalmente, em qualquer parte do mundo, onde a classe operária iniciar um processo de organização, os detentores do capital, facilmente se deslocarão, “fugindo” do confronto direto com os trabalhadores. Trata-se, segundo (Lipietz, 1984, p. 107), “...de transformar a composição da classe operária: substituir operários muito qualificados, (...) conhecendo bem sua fábrica e nela sabendo conduzir lutas, por operários semi-qualificados saídos do campo, trabalhado em máquinas com comando numérico, sem tradição organizacional.”

Pode-se concluir que a atual globalização econômica constituiu, por fim, numa mudança na organização do processo de trabalho, bem como "...resposta das classes dominantes ao novo desafio que os trabalhadores haviam lançado, e assumiu o perfil que hoje conhecemos – uma acentuada integração do lado dos capitalistas e a condenação dos trabalhadores ao fracionamento e à dispersão". (Bernardo, 2000, p. 24).

E, ainda que a mídia reforce constantemente que o papel da globalização reside num simples fator de rompimento de barreiras econômica e políticas, não o fazem sem intenção de distorcer o real interesse do capital sobre este processo, até porque, como veremos a seguir, a luta pelo poder deve estender-se sobre todas as instituições que regem a sociedade.

2.7 Ideologia do Capital

As formas pelas quais os capitalistas exercem o controle sobre a classe trabalhadora se davam no âmbito da empresa ou na esfera geopolítica: através de compensação salarial; na divisão do trabalho; na organização do processo do trabalho; na automação; etc. Porém, a classe dominante faz valer do seu *status* de "dominador" e passa a controlar não somente os espaços onde se dá a realização do processo de trabalho, os capitalistas passam a controlar o lazer dos trabalhadores, suas vontades, sua cultura; e educação... Senão, vejamos nas palavras de (Bernardo, 2000, p. 33)

“O sistema de ensino destinado à grande massa da população de ser analisado como uma produção de trabalhadores por trabalhadores. O conjunto dos profissionais da educação, excluindo as chefias, são trabalhadores que, durante a sua atividade, incorporam tempo de trabalho dos alunos, considerados aqui na condição de produto. O modelo da mais-valia aplica-se inteiramente ao âmbito escolar, e o tempo de trabalho despendido pelos professores e funcionários restantes realiza-se na formação dos alunos, enquanto futuros trabalhadores. (...) o sistema escolar pertence à esfera do trabalho produtivo.”

Se o sistema de ensino é hoje como destaca Bernardo: formador de força de trabalho, fica difícil de acreditar que as doutrinas que lhes é ensinada nas escolas e universidades, não sejam aquelas que servem ao propósito da classe dominante e, assim, incutir ideologias já na formação dos “pequenos trabalhadores”.

As políticas de cooptação das empresas são aspecto central da reestruturação produtiva, que é comumente divulgado pelos informativos internos das empresas. As empresas necessitam cada vez mais de que os trabalhadores “vistam sua camisa”, usem o seu linguajar e falem o que o empresário quer. O que assusta os sindicatos hoje é concorrência pela ideologia dos trabalhadores. Isso torna-se evidente, pois, “no passado, a luta para ganhar a consciência dos trabalhadores era exclusiva dos sindicatos, dos partidos de esquerda. Hoje temos um forte concorrente, que fica oito horas por dia no local de trabalho falando das benesses do capital, da vantagem do trabalhador em se aliar a esse projeto.” (*DIEESE, 1997, p. 3*). Pode-se concluir então que a empresa não é só local físico onde o trabalho excedente cresce às expensas do necessário, o palco da oposição de classes; é também o cenário de inculcação ideológica. Nesse sentido, empresa é também aparelho ideológico.

Outro aspecto a ser considerado no que tange a formação da classe trabalhadora pode ser verificado nos diversos instrumentos e equipamentos destinados ao lazer dos trabalhadores, a própria massificação dos computadores e forma pela qual os capitalistas “treinam” sua força de trabalho até nos momentos de

lazer. “através da prestação de serviços cada vez mais variados e da venda de uma miríade de bens de consumo; as empresas não só condicionam os tempos de lazer, mas organizam-nos diretamente. Mesmo fora do horário de trabalho a esmagadora maioria das pessoas continua, portanto, submetida à autoridade discricionária do capital” (*Bernardo, 2000, p. 66*). Em outras palavras, os trabalhadores, mesmo longe da empresa, continuam em treinamento, para melhor atender as necessidades do capital.

A todo o momento a mídia lança aos “quatro ventos” notícias que tem finalidade intrínseca de buscar a coesão dos trabalhadores no projeto dos governantes em resolver problemas de crises econômicas, como muito bem pode-se observar quando se fala em “custo Brasil”, onde parte deste custo é decorrente do baixo grau de escolaridade dos trabalhadores, ou seja, é parcela de “culpa” dos trabalhadores pelo nosso país estar em crise, devendo estes buscar aprimorar-se a fim de servir melhor a nossa “pátria”.

Mal sabem os trabalhadores que, se hoje eles carregam este alto fardo da ignorância é devido ao fato de que num passado não muito recente, a classe dominante assim os preferia, pois era a forma encontrada naquele momento para que a classe obreira fosse “comportada”, conforme assinala (*Mendeville apud Marx, 1988, p.715*) “...e para que o povo viva contente mesmo em condições miseráveis, é necessário que a maioria permaneça ignorante e pobre. O saber aumenta e multiplica nossos desejos, e quanto menos um homem deseje mais fácil é satisfazer suas necessidades.”

Os capitalistas buscam o controle dos trabalhadores até mesmo quando estes estão longe de “olhos”, ou seja, fora dos portões da empresa. Isso é a comprovação mais uma vez, de que o controle sobre o processo de trabalho não é pura e simplesmente a busca incessante pelo excedente que a força de trabalho possa produzir (mais-valia), mas sim o controle ostensivo sobre a classe dominada, a dos trabalhadores, em outras palavras, manter o *status quo*, não deixando que o poder troque de mãos.

CAPÍTULO III

FORMAS DE CONTROLE DO PROCESSO DE TRABALHO NOS BANCOS BRASILEIROS

3.1 Introdução

Os capítulos anteriores mostram que o desenvolvimento do capitalismo, representa o aperfeiçoamento e a criação de novas formas de obter mais-valia. As inovações tecnológicas e os novos métodos de organização do trabalho dentro do sistema capitalista ensejaram uma ampla modificação no processo de trabalho.

O controle sobre a força de trabalho e as formas utilizadas pelos capitalistas para exercer este controle, como se viu no capítulo anterior, é tratado mais diretamente no setor industrial, haja vista que a grande maioria dos estudiosos que dissertaram sobre este assunto, o fez exatamente em torno do processo de industrialização, até porque é aqui que se intensificam as formas de controle sobre o processo de trabalho. Tornando-se assim, mais fácil ao objetivo desta monografia, o de contextualizar sobre o referido assunto.

Outro aspecto que nos levou a tomar como base inicial desta monografia o controle da força de trabalho no setor industrial, foi o fato de que para muitos

estudiosos das relações sociais (inclusive Marx), o fenômeno da extração da mais-valia só se dá no âmbito da produção de mercadorias, e se materializa no momento em que esta é vendida no mercado. E, portanto, não haveria extração de mais-valia na exploração dos trabalhadores do setor financeiro, forçando-nos a fazer uma breve desmistificação em relação à não existência de extração de mais-valia da força de trabalho bancária nacional.

Vejamos o que nos diz (Bernardo, 1991, p. 98): “Ao definir-se o valor como tempo de trabalho incorporado num produto, não se supõe uma definição reificada. O valor só se mantém enquanto o produto se integra no processo de produção, em novos ciclos produtivos. O valor não é algo inerente a um bem material ou a um serviço útil, mas o resultado de uma relação social, enquanto ela vigorar...”. Isto posto, percebe-se então, que apesar dos trabalhadores do sistema financeiro não produzirem uma mercadoria concreta, não quer dizer que os mesmos não tenham o excedente da produção de sua força de trabalho (mais-valia) extraída pelos capitalistas. Assim, “A força de trabalho bancária, cujo objeto de trabalho é a mercadoria-dinheiro, lida com a forma mais abstrata e vazia do mundo das mercadorias, que Marx desmistificou como aquela que realmente dissimula o caráter social dos trabalhos privados e, em consequência, as relações sociais entre os produtores particulares, ao invés de pô-las em evidência” (Jinkings, 1998, p. 3). Esta especificidade da atividade bancária torna manifesta a estranheza do trabalho e a reificação das relações sociais, mediadas pelo valor de troca ou sua forma autônoma – dinheiro – conforme destaca o autor acima: “...o dinheiro – convertido em nexos social básico na sociedade capitalista contemporânea. De fato, ao lidar com o valor na sua forma acabada, num contexto de trabalho controlado e organizado de acordo

com as exigências da acumulação de capital, os trabalhadores bancários defrontam-se com a fetichização que envolve a produção de mercadorias, na sua expressão extrema.” (*Jinkings, 1998, p. 3*).

Isto posto, pode-se agora analisar melhor o processo de exploração e as formas de controle sobre a força de trabalho bancária nacional. Veremos como os capitalistas do setor financeiro brasileiro lançaram mão de uma série de estratégias a fim de obter o controle sobre o processo de trabalho nos bancos que atuam no mercado financeiro nacional.

Centrar-se-á este estudo sobre o controle da força de trabalho nos bancos brasileiros, no período pós Golpe Militar de 1964, pois, é a partir deste momento que foi implementada uma série de modificações no processo de trabalho do setor bancário nacional, as quais se dará ênfase na sequência desta monografia. Assim, tornando-se um período que pode ser considerado como um divisor de águas na luta pelo controle do processo de trabalho entre os bancários e banqueiros.

Para uma melhor abordagem e compreensão, será feito um breve relato de como eram os bancos no início do século XX e como se configurava a força de trabalho bancária antes do Golpe Militar de 64, bem como um breve relato sobre os bancos e o cenário econômico no período ao qual daremos ênfase, ou seja, após o Golpe Militar de 64.

3.2 O Processo de Trabalho nos Bancos Brasileiros Antes de 1964.

Com objetivo de atender as atividades mercantis no século XIX, surgiram os bancos comerciais, que foram as primeiras instituições bancárias do Brasil. No início do século XX, a economia era voltada para a exportação de produtos agrícolas. Os poucos bancos encontravam-se espalhados nos arredores dos portos de exportação. Os bancos que atuavam no país eram, em sua totalidade, de tipo comercial ou de desconto e depósito, operando com crédito a curto prazo. A economia ligada ao setor primário não exigia mecanismos de financiamento com maior grau de especialização. A partir da Revolução de 1930, a economia brasileira passa a sustentar-se em um novo modo de acumulação capitalista, passando do setor agrário-exportador para o setor industrial, tendo como base produtiva a indústria. São implementadas diversas medidas estatais para garantir este novo processo de acumulação. O Estado brasileiro representava os interesses da nova burguesia industrial, criando condições para exploração da força de trabalho. Com essas transformações, o setor terciário da economia vai crescendo e se adequando à industrialização e a crescente urbanização. O sistema financeiro nacional cresce assustadoramente, passando segundo (*Jinkings, 1998, p. 27*), de 249 estabelecimentos bancários em 1922, para 1.018 estabelecimentos em 1939.

O setor terciário da economia ganhava importância à medida que o mercado interno se expandia. Nesse contexto, foram aos poucos sendo implementadas medidas no incipiente sistema financeiro nacional, com o objetivo de atender ao novo modo de acumulação capitalista. Pela primeira vez o Estado dá atenção ao

sistema financeiro. Com a expansão do mercado interno, a rede bancária articula-se com o novo modo de acumulação capitalista de base urbano-industrial.

Assim, "...durante as primeiras décadas do século o trabalho bancário consistia basicamente em operações relativas a conta-corrente, crédito e cobrança. Manipulando e contabilizando papéis, os bancários realizavam manualmente todo o trabalho de escrituração do movimento diário do banco" (*Jinkings, 1995, p. 27*). As operações nesta época eram realizadas num "livro maior". Todas as operações de débito e crédito eram registradas manualmente nesse livro. O pequeno volume de operações das rotinas bancárias fazia com que o gerente tivesse conhecimento de todo o processo de trabalho.

O trabalho do bancário era importante nesta época, conforme afirma (*Bravermann, 1987, p. 287*), "...pelo que se exigia dele em questão de honestidade, raciocínio e personalidade que eram essenciais para os contatos com o público e relações do banco...". Assim, segundo este mesmo autor, o trabalho em escritório em suas primeiras fases esteve ligado a uma profissão, ou seja, era de tal importância dentro do processo de trabalho ao qual estavam inseridos os bancários, que como os outros profissionais estes eram bem conceituados perante a sociedade.

Os pré-requisitos para a profissão bancária eram a boa caligrafia, português e conhecimentos de contabilidade. As informações eram transmitidas por papel e tinta, e todo o processo de trabalho na agência era realizado por inúmeras pessoas, a força de trabalho realizava o trabalho manualmente, as operações comerciais são feitas em papel e assim repassadas para todos os setores da atividade bancária. A

habilidade e a destreza nesta época eram fundamentais. “isso fazia com que a profissão do bancário fosse semelhante a um ofício em que a pessoa poderia entrar como aprendiz, ir adquirindo conhecimentos com o mestre e chegar a contador, que era quem comandava o serviço cotidiano da rede bancária”. (*Izumi apud Pires, 1999, p. 9*).

Com o volume de recursos em crescimento, a atividade bancária, provocou a divisão do “livro maior”. Esta divisão levou os bancos a criarem seus departamentos, e houve crescimento da divisão do trabalho.

Todo este processo leva a uma racionalização e à mecanização do trabalho bancário, isso como consequência, conforme salienta Bravermann, que a racionalização e a mecanização na medida em que se expandem, acabam proletarizando o trabalho em escritório nas primeiras décadas do século XX.

Desde então, “...inicia-se um lento porém gradual processo de racionalização do trabalho bancário, sempre vinculado a mudanças tecnológicas e organizacionais que objetivaram atender a uma permanente expansão das operações financeiras e à redução dos custos através da divisão e intensificação do trabalho”. (*Segnini apud Pires, 1999, p.7*).

Antes da inserção do computador nos bancos nacionais, ou seja, antes de 1964, os serviços contábeis eram realizados na própria agência, sendo responsável pela escrituração das operações diárias os bancários, que possuíam informação das técnicas contábeis em uma época que a racionalização não havia chegado, e detinham o conhecimento do processo de trabalho.

A partir da década de 60, uma série de modificações ocorre com o grande crescimento dos bancos e do volume de serviços prestados. Os bancos mudam, as agências agora perdem sua autonomia, todo o processo de trabalho é centralizado em áreas na matriz de cada banco, onde o controle imposto pelo processo de racionalização era maior.

O processamento das informações agora mais rápido, é feito pelo novo instrumento de trabalho, o computador. Após a generalização da informática nos bancos, a contratação da força de trabalho diminui significativamente. O objeto de trabalho e as informações agora com o computador, tornam-se rapidamente transferidas de um setor para o outro, pois, os registros rápidos e seguros passaram a ser importantes em termos de lucratividade.

O conhecimento de contabilidade, antes um dos requisitos para a carreira bancária, não é mais exigido. “A eliminação progressiva do pensamento no trabalho de escritório assume a forma, assim, da redução do trabalho mental à execução repetitiva da mesma pequena série de funções” (*Bravermann, 1987, p. 270*), que tem como finalidade, segundo este mesmo autor, o de concentrar em um número cada vez menor de trabalhadores dentro do escritório, “as funções de pensamento e planejamento” dos serviços a serem executados. Submetendo assim, o trabalhador como instrumento de capital, separando trabalho intelectual do trabalho manual, retirando habilidades do trabalhador, e impondo uma maior dominação, ou seja, como meio para a reprodução do domínio de classe, revolucionando os instrumentos de trabalho.

3.3 Os Bancos e o Cenário Econômico Pós Golpe Militar de 64

Com a criação de mecanismos de modernização do processo de intermediação financeira, em dezembro de 1964, surgiu o Sistema Financeiro Nacional, composto de intermediários financeiros monetários (como, por exemplo: bancos comerciais), e não monetários (bancos de investimento). Esse sistema ficou sob o controle das autoridades monetárias, constituídas pelo Conselho Monetário Nacional, Banco Central do Brasil, Banco do Brasil S/A e a Comissão de Valores Mobiliários. responsáveis pela regulamentação e funcionamento de toda a estrutura de intermediação financeira do país, essas instituições, têm a tarefa de formular e executar a política econômica nacional de caráter monetário.

O sistema bancário no Brasil engloba mais de 100 (cem) instituições privadas nacionais e multinacionais, oficiais e estaduais, com predominância dos bancos nacionais privados.

Com a reforma de 1964, ampliou-se no país a rede privada de bancos de investimentos, especializados na intermediação financeira entre poupadores, que buscam aplicação para suas economias, e os pontos onde há escassez de recursos financeiros. A grande complexidade e a abrangência das atividades bancárias praticamente anularam as fronteiras entre os diversos tipos de bancos, e, hoje os bancos comerciais operam também em moldes muito semelhantes aos de investimento.

A Lei 4.595/64, que tratou da reforma financeira, apesar de representar um grande impulso ao setor bancário, com reflexos positivos no desenvolvimento da

economia brasileira, não obteve o efeito desejado. A prática demonstrou que o sistema financeiro surgido da reforma mostrou-se menos segmentado do que desejavam os seus formuladores, visto que várias instituições atuavam simultaneamente em distintos segmentos de mercado, por meio de um sistema integrado de serviços bancários.

Isso gerou um problema para as instituições financeiras, pois aquelas que atuavam em mais de um segmento do mercado, estavam obrigadas a portarem diferentes montantes de capital, além de não poderem usufruir as economias de escala e escopo, decorrentes dos diferentes serviços e da magnitude dos mesmos concentrados numa mesma matriz operacional.

Essa ineficiência, foi parcialmente corrigida pela resolução 524/88, do CNM, que criou os bancos múltiplos e racionalizou o sistema por meio da redução dos custos operacionais. Além disso, em 1988, houve liberdade de acesso ao sistema bancário para aqueles que demonstrassem aptidão e competência para tal, através da eliminação das cartas patentes. Porém, essa resolução veio amenizar os problemas existentes, mas não eliminá-los, visto que devido a sua magnitude e diversificação os bancos múltiplos usufruíram dos períodos de alta inflação, **auferindo ganhos elevados decorrentes das receitas inflacionárias (*float*)**, através da criação de um elevado número de agências para captação de depósito e operações, a custos elevados.

O desenvolvimento do setor bancário brasileiro, nos últimos trinta anos, esteve profundamente relacionado ao processo inflacionário.

A “ciranda financeira” como ficou conhecido o processo de rentabilização dos bancos através das altas taxas de inflação, teve os primeiros “sinais” de que iria terminar quando da implantação de Plano Cruzado em fevereiro de 1986, o que fez com que os bancos, mudassem de estratégias, a fim de continuar obtendo grandes lucros.

Conforme avalia (*Ely, 1993, p. 6*):

“A segunda metade da década de 80 pode ser considerada chave no processo de reestruturação para dentro (reorganização interna) dos bancos brasileiros. A edição do Plano Cruzado, primeira experiência heterodoxa de ajuste da economia brasileira, que derrubou a inflação mensal de índices próximos a 25,00% para cerca de 1,00% em apenas 1 mês, despertou nos bancos, principalmente nas grandes instituições privadas de varejo, a necessidade de se prepararem para sobreviver num ambiente econômico sem inflação.”

Após o Plano Cruzado, que durou em torno de 6 (seis) meses, vários outros planos foram implementados, dos quais destacam-se: o Plano Verão (1987) e o Plano Collor (1990). Porém, assim como o primeiro, esse planos tiveram pouco êxito no combate à inflação. Pelo contrário, toda vez que um plano de “choque na economia” fracassava, a inflação tornava-se ainda mais elevada, chegando no ano de 1993 à taxa anual superior à 2.000%. como podemos observar no **quadro 1** a seguir. Isso fazia com que os bancos alternassem constantemente suas estratégias na busca por melhores resultados.

Quadro 1
Índice de preços seleccionados (em percentagem)

ANO	ICV - DIEESE	IGP/DI – FGV	INPC - IBGE	IPC – FIPE
1985	264,0	234,8	239,0	228,2
1986	96,5	54,9	59,2	68,1
1987	398,2	416,0	394,6	367,1
1988	921,2	1.037,6	993,3	891,7
1989	1.946,2	1.769,2	1.863,6	1.635,8
1990	1.849,7	1.476,7	1.585,2	1.639,1
1991	500,4	480,2	475,1	458,6
1992	1.127,5	1.157,8	1.149,1	1.110,0
1993	2.579,3	2.708,2	2.489,1	2.491,0
1994	1.130,5	1.093,9	929,3	1.173,0
1995	27,4	14,8	22,0	23,2
1996	9,9	9,3	9,1	10,0
1997	6,1	7,5	4,3	4,8

Fonte: DIEESE, IBGE, FGV E FIPE

Elaboração do autor

Então, em julho de 1994, foi implementado o Plano Real (o qual vigora até hoje). Este plano obteve sucesso no combate à inflação. Sucesso esse conseguido através um endividamento do Estado brasileiro, pois, no início deste plano, houve uma valorização cambial, com a finalidade de possibilitar o aumento das importações e, assim “segurar” os preços internos. Então, para fazer frente ao saldo negativo da Balança de Pagamentos, gerado por este aumento das importações, o governo brasileiro começa a emitir títulos do tesouro. Porém para atrair compradores destes títulos, nosso governo teve de aumentar a taxa real de juros. Gerando assim

um aumento astronômico tanto da dívida externa como da dívida interna (principalmente). Dívida esta que continua a contribuir com parte dos lucros dos bancos, já que estes também se beneficiavam da compra dos títulos emitidos pelo governo, compensando desta forma, as perdas com a redução do processo inflacionário.

Agora, os bancos tinham que adotar novas estratégias para obtenção dos lucros que seriam “perdidos” decorrentes do fim do processo inflacionário, além disso também reduzir os custos.

Os ganhos decorrentes do processo inflacionário no período anterior ao Plano Real foram propiciados pela perda do valor real dos depósitos à vista e pela insuficiência na correção dos depósitos bancários, correção esta que ficava muito abaixo da inflação. Nesse sentido, discorre (*Paula, 1997, p. 140*)

“Na alta inflação, as atividades bancárias tradicionais – como as operações de crédito – perdem importância em termos de volume de negócios e como fonte de receita dos bancos. Por outro lado, os ganhos derivados do float e da arbitragem entre as taxas de juros tendem a se elevar. (...) A grosso modo portanto, os bancos obtêm ganhos na arbitragem inflacionária de duas formas. Primeiro, com as receitas do float – recursos em trânsito no sistema bancário que representam um crédito livre para os bancos – obtidas em decorrência de a taxa nominal de juros de captação de os depósitos à vista ser igual a zero e a taxa nominal de aplicação ser aos menos próxima da inflação. Com a elevação da taxa de inflação, a diminuição da base de captação de recursos tende a ser compensada pela ampliação da margem diferencial do float, uma vez que o spread obtido nesta operação deve ser maior quanto mais elevada for a inflação. (...) Em segundo lugar, os bancos podem obter lucros com os ganhos com spread, que resulta da margem diferencial entre a taxa de aplicação e a taxa de captação de recursos nas operações de intermediação de recursos por parte dos bancos. Esse tipo de operação está sujeito ao risco de juros, devido à existência de maturidades diferentes entre aplicação e captação de recursos. O spread bancário tende a se elevar em um quadro de elevada instabilidade inflacionária, marcado por altas e instáveis taxas de inflação. Isso porque, nesse contexto, se as expectativas dos bancos quanta à taxa de inflação forem inferiores à taxa efetivamente encontrada, os bancos podem incorrer em perdas de capital.”

As explicações acima se fazem necessárias, para uma melhor compreensão de como se deram e porque os confrontos entre os capitalistas/banqueiros X classe trabalhadora bancária brasileira acirram-se neste momento na luta pelo controle do

processo de trabalho nos bancos. Agora, verificar-se-á quais foram as formas pelas quais os capitalistas financeiros no Brasil, fazem uso para continuar exercendo o controle sobre a força de trabalho bancária em nosso país nas últimas 3 décadas.

3.4 A formas de Controle Sobre o Processo de Trabalho nos Bancos Brasileiros Período Pós 64

3.4.1 A Repressão Militar

Até o início dos anos 80, o enfrentamento com os trabalhadores não representava muitos problemas para os capitalistas, pois, se por um lado, com os lucros ocasionados pela inflação era possível deixar de lado o embate com a força de trabalho, por outro o Estado lhe dava guarda, uma vez que com implantação da Ditadura Militar, em 1964 não era permitido qualquer tipo de manifestação organizada por sindicatos ou partidos políticos. Com isso, os capitalistas conseguiam controlar a força de trabalho sem maiores problemas, conforme (*Folha Sindical dos Empregados Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, 2000, p. 2*) “Nos anos que se seguiram ao golpe de 1964, as regras do jogo alteraram-se significativamente para os sindicatos. O endurecimento político veio acompanhado da volta do atestado de ideologia para os dirigentes sindicais regulamentação do direito de greve com grandes restrições para os trabalhadores, além de intervenções nas entidades sindicais.”

No caso dos bancários, conforme (*Folha Sindical*, 2000, p. 2 e 3), “...estas intervenções foram particularmente mais fortes na medida em que suas estruturas sindicais (até então sob controle de dirigentes ligas ao PCB – Partido Comunista Brasileiro) foram atingidas de alto a baixo...”

De um ponto de vista mais geral, outros fatores também contribuíram para a mudança das regras do jogo. Um deles, segundo a (*Folha Sindical*, 2000, p.3):

“... foi o surgimento de uma política salarial cuja pré-determinação dos reajustes retirava dos sindicatos grande parcela de seu papel de negociador. Um outro fator foi o surgimento do FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, que incentivou o aumento da rotatividade no emprego, diminuindo a segurança dos trabalhadores.” Além disso, falar especificamente dos trabalhadores bancários, com a unificação da previdência social – e conseqüente fechamento do Instituto de Aposentadoria e Previdência dos Bancários (IAPB), “causou perda de importante fonte de poder para as lideranças sindicais bancárias.”

Com seu espaço de ação reduzido pela política salarial e a unificação dos institutos de previdências, sua base sendo afetada no plano geral pela maior rotatividade e no setorial pela alteração no seu perfil profissional, o sindicalismo bancário sofreu ainda com a repressão política. O reflexo disso pode ser observado nesta passagem: “... houve na prática a eliminação das principais lideranças da vida sindical legal o que dificultou de início a organização da categoria diante do novo quadro desenhado para o final dos anos 60 e a década de 70.” (*Folha Sindical*, 2000, p.3).

Atingida em todos os seus níveis de organização, a categoria bancária passou a ter suas entidades atuando de modo fragmentado. Neste contexto, podemos avaliar a observação de Canêdo: “A desarticulação atingiu o movimento sindical bancário e permaneceu como uma de suas características marcantes por quase duas décadas.” (*Canêdo*, 1986, p. 172). Nesse período, a atuação dos sindicatos se

dava mais no campo das articulações e na disseminação da consciência política entre os trabalhadores. “...criar maior consciência sindical pelas lutas por direito, antes de se lançar nos movimentos grevistas...” (*Canêdo, 1986, p.199*).

No início dos anos 80, com o processo de abertura política e anistia aos exilados políticos, deu-se início a uma intensa mobilização de greves em várias categorias de trabalhadores, incluindo-se aí os bancários, que neste período mobilizam um grande contingente de trabalhadores, conseguindo assim paralisar a maioria das agências das grandes cidades e capitais do país, fazendo com que os banqueiros cedessem as reivindicações dos bancários.

Este período coincidia com o aumento do processo inflacionário, o que de certa maneira favoreceu e deu vantagens aos trabalhadores na luta contra os capitalistas, pois, com a inflação, como já se viu no início deste capítulo, os grandes bancos necessitavam abrir mais agências para estender o processo de captação de recursos, e como obter mais lucros provenientes da “ciranda financeira”. Necessitavam então, de mais trabalhadores – neste período os bancários no Brasil somavam mais de 900 mil trabalhadores (*Jinkings, 1995*). Esse aumento no quadro de trabalhadores por sua vez fortalecia ainda mais a classe trabalhadora bancária, que a cada greve conscientizava-se da importância da mobilização nos movimentos reivindicatórios grevistas.

A partir de então, a repressão política não era tão eficiente, devendo os capitalistas, buscarem novas formas de controlar os trabalhadores.

3.4.2 O Banco-Fábrica e a Divisão do Trabalho

Como viu-se no capítulo anterior, algumas das formas de controle sobre a força de trabalho não puderam ser implementadas pela classe patronal nos bancos brasileiros logo de início ao período ao qual estamos dando maior ênfase ao estudo (últimos 30 anos), e em alguns momentos isso permitiu à classe trabalhadora nacional ter um certo poder de negociação junto à classe patronal.

Porém, percebe-se que tal qual como ocorreu no setor industrial, as estratégias de controle das classes trabalhadoras se dão basicamente da mesma maneira, apenas com um pouco mais de atraso em relação à primeira, decorrente de alguns aspectos e características do setor bancário, as quais serão vistas a seguir: nos anos 70, as tecnologias de automação bancária, eram pouco difundidas no país. Seu uso estava restrito (na maioria dos bancos) à utilização de um computador central, que armazenava as informações coletadas nas agências. As ferramentas de trabalho usadas nas agências eram mecânicas: máquinas de somar, autenticadoras dos caixas não processavam os documentos (tal qual fazem hoje – *on line*).

No início da década de 60 foram criados os Centros de Processamentos de Dados – CPD's, com a incorporação de computadores de grande porte. A criação destes Centros de Processamento de Dados possibilitou aos bancos a implementação de um processo de trabalho semelhante ao das fábricas que adotavam o sistema de linha de montagem. Vale aqui reproduzir um pequeno parágrafo de uma entrevista com funcionário (não identificado) de um banco, assim

destacada por (Silva, 1991) abaixo, na qual este autor faz uma analogia entre o modo de produção fabril e o modelo adotado na atividade bancária:

“Se você olhar uma fábrica, vai reparar que tem uma linha de produção em células. Na indústria automobilística, entra uma chapa e esta vai recebendo componentes na linha de montagem: pneu, bateria, etc., e, no outro lado, sai um carro. Esse é o conceito adotado no banco: quando entra um cheque, que saiu da agência, ele passa por todo um processo e vai sair um dado transmitido para o nosso computador de grande porte. O conceito de fábricas se refere às células, cada uma fazendo um pedaço daquela montagem. E no fim tem que amarrar. Os papéis vão correndo, separado, em paralelo, mas chega no final eles cruzam e fecham o processo” (Silva, 1991, p. 100)

Este mesmo autor comenta que, através de estudos anteriores, constata-se a reprodução de aspectos do sistema fabril no setor terciário financeiro ou bancário. Estes estudos apontam semelhanças entre as oficinas *tayloristas/fordistas* e as grandes seções que operacionalizam a atividade financeira. “Os exemplos são encontrados nos processos de digitação, na clara divisão do trabalho entre os caixas e escriturários e entre sub-funções dos próprios escriturários” (Silva, 1991, p. 101).

Todo este processo possibilitou aos bancos uma ferramenta estratégica, pois, de um lado, ao retirar das agências os serviços de retaguarda, passando-as aos CPDs, os funcionários das agências tem seu foco de trabalho voltado para o atendimento aos clientes; e ao concentrar os serviços de retaguarda nos CPDs, isso faz com que os bancos obtenham “economia de escala e, conseqüentemente, a maximização do capital constante (espaço físico, equipamentos, etc...) e a redução do capital variável (força de trabalho)” (Silva, 1991, p. 103). Fomentando desta forma, duas categorias distintas de trabalhadores: da linha de frente, trabalhando nas agências no atendimento ao público e os de retaguarda, trabalhando nos CPDs geralmente como digitadores, onde ambas não tem mais o controle sobre o processo de trabalho, nem tampouco o conhecimento de todo o processo. Vale aqui

recordar Bravermann (1977), quando este comenta sobre a diminuição do número de trabalhadores detentores do conhecimento sobre o processo de trabalho, tirando-lhes a capacidade de planejar e decidir sobre o processo de trabalho. Podemos também recordar Marglin no capítulo II, sobre a divisão do trabalho, impossibilitando que os trabalhadores executassem os trabalhos do início ao fim, separando as tarefas especializadas. “No banco, num primeiro momento, os manipuladores do novo aparato serão recrutados no interior da própria organização...

A maioria dos agentes que se engaja no trabalho informático do banco na época vem de setores atingidos pela modernização, os setores administrativos das agências, serviços de cobrança, contabilidade. No início deste processo, o seu conhecimento prático será fundamental na organização da desapropriação (do saber do *metier*).” (*Grun apud Accorsi, 1990, p. 46*). Tal qual como ocorreu ao artesão com a criação das manufaturas.

Estavam lançadas assim as bases para as novas formas de controle: a automatização das agências e a terceirização dos serviços de retaguarda, as quais estudaremos a seguir.

3.4.3 A Intensificação do Uso do Computador e Terceirização

As conquistas por parte dos trabalhadores bancários no início dos anos 80 foram “facilitadas” não apenas pela sua capacidade de mobilização, mas também, pela dependência que o capital tinha em relação à força de trabalho, pois como vimos, a necessidade de contratação de um número maior de força de trabalho,

ocasionada pela expansão crescente de agências e postos bancários na primeira metade dos anos 80, decorrente das altas taxas de inflação.

Essa dependência, porém, dava-se num sentido de necessidade quantitativa de trabalhadores, pois conforme visto no início deste capítulo, o processo de mecanização dos escritórios, bem como a utilização dos Centros de Processamentos de Dados, fizeram com que os trabalhadores bancários perdessem a importância dentro do processo de trabalho.

A primeira tentativa de estabilização econômica através do Plano Cruzado em 1986, fez com que os bancos adotassem novas estratégias em relação aos trabalhadores. Com a diminuição da movimentação de recursos financeiros no ano de 1986, o primeiro impacto para a classe trabalhadora bancário, foi a demissão de 110 mil trabalhadores. (**gráfico 2**).

Simultaneamente, ocorreram várias modificações no setor, em particular a maior utilização de tecnologia, justamente para viabilizar maior escala e maior controle da massa de informações, e mesmo do controle da força de trabalho. A inserção progressiva de novos instrumentos de trabalho nos bancos e mesmo diretamente a sua clientela se revelou como veremos mais adiante, uma das mais relevantes características das transformações no setor bancário. Conforme podemos observar em (Ely, 1993, p. 3) “Na segunda metade da década de 80 ocorreu um processo intenso de difusão do sistema *on line*, que por sua vez exigiu o aperfeiçoamento das telecomunicações no Brasil; também neste período aumentaram os postos de auto-atendimento...”.

A automatização e a padronização dos serviços possibilitam aos bancos, executar um volume maior de operações, com efetivos ganhos de escala. “Neste período, caracterizado pela valorização da racionalização administrativa, os departamentos de Organizações e Métodos (O&M) gozavam de grande influência, produzindo inúmeros estudos sobre *layout* de agências, processo de trabalho, e transformando concretamente a rotina do trabalho bancário. A segmentação e parcialização do trabalho daí resultantes implicariam no aproveitamento de parcela reduzida destes profissionais para efetuar a transição para este novo período, além de tornar desnecessária a experiência acumulada sobre a rotina geral da agência.

A automatização possibilita que os próprios clientes operem os instrumentos de trabalho, não necessitando desta forma da interferência dos trabalhadores. São implementadas novíssimas tecnologias, como: *Internet* ou atendimento por centrais telefônicas, não precisando nem comparecer às agências bancárias. Ou seja, o computador elimina de forma drástica a importância da força de trabalho dentro do processo de trabalho, tornando-a quase totalmente dispensável em vários setores dos bancos.

Outro fator relevante a se observar é que, como acontece na indústria o processo de automação propicia uma fragmentação do trabalho, possibilitando aos capitalistas fomentar um processo de “desverticalização da produção” ou seja, a implementação de um processo de terceirização dos serviços bancários, utilizando-se, num primeiro momento da própria força de trabalho resultante do enxugamento das agências e outros departamentos atingidos pelo processo de automação. E em seguida faz uso até de força de trabalho sem qualificação e sem comprometimento com a classe bancária, uma vez que não se qualificam como tal, conforme podemos

verificar nas palavras a seguir: “Podemos afirmar que existem nos bancos quatro tipos distintos de utilização de mão-de-obra externa à instituição: o sistema de estágios, a prestação de serviços temporários, o trabalho autônomo e a transferência de serviços para outras empresas” (Ely, 1993, p. 7).

Todo esse processo facilita ao capitalista exercer um maior controle sobre a força de trabalho, pois, estes trabalhadores resultantes deste processo de flexibilização do trabalho como se viu no capítulo anterior, geralmente não são organizados, ou se o são, seus sindicatos não tem representatividade.

Por outro lado, mesmo os funcionários que permanecem no quadro funcional da agência, estão constantemente sob pressão da perda do emprego, dessa forma submetem-se a todo tipo coação, devendo agora não só cumprir com a execução de suas tarefas, mas também são “obrigados” a empenhar-se no resultado da agência.

3.4.4 Medo, Prêmios e Individualismo: A Criação da Consciência do Servir ao Capital

O processo de automatização das agências, bem como a desverticalização do setor produtivo (terceirização), criaram uma divisão do trabalho. Essa divisão cada vez mais acentuada, e por conseguinte dos trabalhadores criando conforme destaca (Folha Sindical – SEEB Florianópolis SC, 2001) “...duas classes distintas: uma comissionada, preocupada somente com o resultado da agência, e por conseguinte consigo mesma e outra recebendo salários fixos, mas que por outro lado são

inferiores aos da primeira, constituindo-se assim, um entrave para a coesão das mesmas”.

Atualmente, esta diferenciação salarial se apresenta de outra maneira. É a chamada **remuneração variável** que aliada a tão apregoada **qualidade total** são formas de dominação sutis, capazes de extrair dos trabalhadores todo seu potencial. Premiando sempre os “destaques” pelo seu desempenho e fazendo com que estes “cobrem” dos demais funcionários mais empenho afim de que a “equipe” atinja os resultados fazendo com que “todos ganhem”. Isto muito bem explicitado nas palavras de: (Jinkings, 2002, p. 139) “Novos padrões de dominação: a ‘qualidade total’ e a ‘remuneração variável’. (...) as novas formas de controle e dominação do trabalho baseiam-se na busca da adesão absoluta do trabalhador às estratégias mercadológicas das empresas, que se convertem em centros de ‘canalização energética’ para o capital”. Desta forma os próprios trabalhadores vigiam-se mutuamente, fortalecendo o controle dos patrões e, extraíndo o máximo do potencial de cada trabalhador...

Os bancos criam várias outras maneiras de fomentar a divisão entre os funcionários, obrigando-os a venderem produtos mais dos mais variados, forçando uma guerra dentro (e até fora) da própria agência entre os colegas de profissão, desta forma, “fomentam ainda mais o individualismo, é o ‘cada um por si e Deus por todos’, este é o lema do individualismo, (...) assim, só os melhores sobreviverão” (SEEB – BH e Região, 2001). Esse engajamento dos trabalhadores pelo resultado da empresa, ultrapassa os limites do horário normal de trabalho. É comum em conversas com trabalhadores de vários bancos afirmarem que a qualquer hora estes

são vendedores de sua empresa, seja no fim de semana com a família ou amigos, seja nas universidades ou qualquer ambiente social.

Aliada a esta estratégia está a **fomentação do medo**, que já é grande entre os trabalhadores, em função do alto grau de demissões dos últimos anos, fazendo com que exista um enorme “exército de reserva” disponível e sedento na busca por um emprego, porém os bancos intensificam a disseminação do medo, que consiste em demitir sem levar em consideração o grau de eficiência ou não do funcionário demitido, conforme destaca (SEEB – BH e Região, 2001) “Procedem, então, descendo a lâmina da demissão de forma cega e retilínea, pouco se importando, por exemplo, se o demitido é ou não eficiente (...) Ficou-nos evidente que, a verdadeira lógica do processo era o seguinte: demite-se, inclusive de preferência, indiscriminadamente, assim, todos perceberão que não estão a salvo e conformar-se-ão aos “Novos Tempos”. Ou seja, para o trabalhador bancário, o que importa agora, é manter o emprego, sujeitando-se assim, a todo o tipo de pressão, pois “ninguém” esta a salvo.

Por outro lado, os funcionários que permanecem na organização tem metas pré-estabelecidas de produtividade e vendas de produtos e são constantemente bombardeados através de reuniões, cursos de aperfeiçoamento, campanhas de produtividade, folhetins de circulação interna, tudo com a finalidade de convencer o trabalhador, de que se a empresa obtiver melhores resultados, os funcionários também se beneficiarão. Ouviram-se coisas do tipo: “Aumente seu salário, só depende de você” – “Você já brilhou hoje?” – “Seja surpreendente” - “A maior recompensa para o trabalho do homem não é o que se ganha, mas o que ele nos torna”, ou como recentemente numa palestra promovida pelo departamento de RH

de um banco “Nunca vi uma empresa dando tanto. A gente não tem mais o que exigir da empresa...é a gente que tem que correr atrás da formação...”.

A ‘inculcação ideológica’ destaca (*Jinkings, 2002, p. 139 e 140*). “torna-se mais complexa à medida que novos padrões de dominação de classe se impõem, como resposta à crise capitalista. Nos ambientes produtivos, recriam-se táticas para o aumento da produtividade do trabalho, mascaradas sob o discurso patronal de “participação”, “qualidade total”, “competitividade” “.

A criação da consciência de que os funcionários são responsáveis pelo bom desempenho da organização na qual trabalham torna-se desta maneira uma importante ferramenta de controle sobre a força de trabalho, pois, ao mesmo tempo em que possibilita aos banqueiros uma melhor produtividade de seus funcionários, atua de forma a responsabilizar os próprios trabalhadores pelo possível fracasso da produtividade da empresa, ou seja, só não são melhor remunerados por sua própria incapacidade.

3.5 Os Bancários na Atualidade

Todas as formas de controle implementadas nestas três últimas décadas reduziram de forma drástica o número de empregados no setor bancário nacional, que foi um dos setores mais afetados por todo um processo de automatização e transformação do processo de trabalho.

“Os processos de mudança tecnológica e organizacional do trabalho bancário que se desencadeiam com intensidade nas últimas décadas, agudizam, no setor financeiro, as relações antagônicas e estranhadas constitutivas do modo de produção capitalista. Com

efeito, os modernos padrões de racionalização do trabalho implementados nos bancos revelam-se não somente nas suas dimensões econômicas de reorganização do processo de trabalho para maior valorização do capital, mas também nos seus elementos políticos, expressos tanto nos mecanismos ideológicos criados pelo capital para debilitar a resistência dos trabalhadores, como nas lutas sindicais frente as inovações tecnológicas e organizacionais." (Jinkings, 1997:3)

Todo o cenário acima descrito pode-se verificar no quadro 2 logo abaixo, onde pode-se fazer uma idéia exata da agonia por que passam os trabalhadores bancários no Brasil.

Quadro 2

Estoque estimado de empregos no setor financeiro brasileiro

(bancos múltiplos, comerciais, de investimento, caixas econômicas, etc.)

ANO	NºDE BANCÁRIOS	VARIAÇÃO NO ANO ABSOLUTA	VARIAÇÃO NO ANO RELATIVA
1984	933.756	-	-
1985	978.600	44.844	4,8%
1986	868.829	- 109.771	- 11,2%
1987	877.161	8.332	1,00%
1988	891.064	13.903	1,6%
1989	903.115	12.051	1,4%
1991	700.217	- 202.098	-23,3%
1993	671.740	- 28.477	- 4,2%
1994	567.031	- 104.709	- 15,5%
1996	483.165	- 75.526	- 13,5%
1998	426.442	- 20.388	- 4,6%
1999	406.315	- 20.127	- 4,7%
2000	392.800	- 13.515	- 3,3%

Fonte: Ministério do Trabalho

Elaboração: DIEESE-SEEB/RIO

Assim, neste contexto, a classe trabalhadora bancária chega a um estágio de grande fragilidade, pois dos trabalhadores que restaram na classe (pouco mais de 300 mil), onde seus atos e manifestações resumem-se em fazer piquetes em uma ou outra agência, sem muita interferência no andamento normal das atividades desta, uma vez que com as centrais de atendimento telefônico e os acessos virtuais via *Internet*, faz com que a maioria dos correntistas não fique prejudicada. Talvez os únicos a serem prejudicados sejam os usuários eventuais dos bancos, aqueles que fazem pagamento de alguma conta ou os aposentados que podem ficar sem receber sua aposentadoria, mas estes grupos de uma maneira geral não exercem nenhum tipo de pressão sobre os dirigentes dos bancos.

Os bancos, por sua vez, não param na busca incessante do controle da força de trabalho, passando a adotar novas estratégias para manter os trabalhadores sob seu controle. Ameaçam constantemente os trabalhadores com a perda do emprego, criando divisões dentro da agência conforme comenta *Valdir Alvim, conselheiro do Sindicato dos Bancários de Florianópolis e região* em entrevista com o autor desta monografia: "...são criadas políticas de competição na venda de produtos dentro das agências, transferindo desta forma a responsabilidade pelo resultado das agências a todos os funcionários...desde a gerência até os contínuos. Criando assim um processo de variação salarial, fomentando ainda mais o individualismo já existente com a ameaça constante da perda do emprego."

Nos dissídios coletivos, os próprios sindicatos estão apenas barganhando a manutenção dos posto de trabalho, e reposição salarial decorrentes da inflação, pois, sentem a dificuldade neste momento em que o capital está munido de uma gama de ferramentas, contra as quais a classe trabalhadora bancária parece estar

totalmente enfraquecida. Para Alvim, porém, vale ressaltar que "...os trabalhadores no momento, preferem ficar com o emprego, sem muito se importar com a classe em si, talvez isso possa ser interpretado como um certo individualismo por parte dos trabalhadores ou uma estratégia momentânea. Qualquer afirmação neste sentido, pode não ser verdadeira, pois, os bancos e os sindicatos negociam como instituições e desta forma se consideram perenes, porém, a pessoa do bancário em si sabe que não é eterna, assim, este prefere pensar em si, antes de qualquer manifestação que possa prejudicá-lo dentro do banco".

Por fim, as formas de controle sobre o processo de trabalho são produtos das relações sociais, ou seja, das relações entre capital e trabalho, onde os capitalistas buscam manter seu controle sobre o processo de trabalho e, perpetuar sua dominação sobre os trabalhadores.

CONCLUSÃO

O controle sobre o processo de trabalho não envolve um aspecto puramente econômico, qual seja de explorar da força de trabalho sua produção excedente – a mais-valia – como defendem alguns autores. Este controle vai além dos portões da fábrica, justamente pelo fato dele envolver um aspecto político que sugere que este controle sobre o processo de trabalho é necessário para que se controle também os trabalhadores em todas as esferas da sociedade, para que assim a classe dominante dos capitalistas se perpetue no poder. Não se pode porém, afirmar que há uma clara definição da intenção do controle exercido, ou seja, quando o controle é puramente pelo aspecto econômico (extração da mais-valia), ou quando ele envolve um aspecto mais político, centrado na perpetuação do poder pela classe dominante: a dos capitalistas.

Este controle como vimos, se dá em todos os setores da economia: na indústria, no comércio e no setor de serviços, no qual damos destaque neste trabalho. Buscamos esclarecer como se desenvolveu o controle sobre o processo de trabalho nos bancos nacionais, bem como as formas utilizadas para exercer este controle sobre a classe trabalhadora bancária brasileira.

As transformações produtivas nos bancos conjugam novos métodos de organização do trabalho com uso generalizado da tecnologia de base microeletrônica e informática, convertida em instrumento de elevação da força produtiva do trabalho e a maximização dos lucros das empresas. Os programas de modernização tecnológica possibilitam grande redução de custos operacionais e a destruição de postos de trabalho, enquanto a sobrecarga de tarefas e o prolongamento da jornada laboral seguem como realidade cotidiana dos que se mantêm empregados. Há um processo contínuo de redução e precarização do emprego. A força de trabalho bancária em nosso país, constituída de mais de 900 mil bancários no final dos anos 80, hoje é composta de pouco mais de um terço deste número.

O processo de reestruturação dos bancos tem sido extremamente doloroso para os trabalhadores desta categoria. Demissão em massa, intensificação do processo de trabalho, flexibilização da jornada e do salário marcam essas mudanças. Isso tudo exige do trabalhador bancário, uma maior qualificação, maior poder de decisão, mais iniciativa e polivalência. Assim, torna-se evidente o aumento da intensidade e grau de exploração desse trabalhador, que é obrigado a fazer de tudo para manter-se no emprego. Como em outros segmentos da classe trabalhadora, os bancários vivem a intensificação do trabalho e a instabilidade do emprego.

Neste contexto de profunda transformação no trabalho e nas condições do emprego, novas práticas de poder organizacional se difundem nos ambientes do trabalho bancário, para obter a máxima produtividade da força de trabalho e construir o trabalhador que pensa e age em nome do capital. Perseguindo desta

forma o comprometimento e a adesão do trabalhador às estratégias de rentabilidade das empresas, mascarando seus mecanismos coercitivos.

O movimento sindical pode ter papel chave nesse cenário, não só discutindo a questão do emprego – ponto estratégico nos dias de hoje, mas também da formação profissional, da saúde do trabalhador e da sua remuneração, mas sobretudo, devem buscar os sindicatos o retorno da consciência ideológica de classe, que outrora marcara esta categoria de trabalhadores, e desta forma resgatar o comprometimento com os demais trabalhadores. Discutir enfim, a qualidade de vida do bancário. Tarefa essa muito difícil, pois se no passado, a luta para ganhar a consciência dos trabalhadores era exclusiva dos sindicatos e partidos de esquerda, hoje temos um forte concorrente, que fica em torno de oito horas por dia no local de trabalho falando das benesses do capital.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACCORSI, André. **Automação Bancos e Bancários**. São Paulo. SP. Dissertação de Mestrado em Administração – USP/FEA, 1990.

BERNARDO, João. **Economia dos Conflitos Sociais**. São Paulo: Cortez Editora, 1991.

BERNARDO, João. **Estado: a silenciosa multiplicação do poder**. São Paulo: Escrituras Editora, 1998. 144p.

BERNARDO, João. **Transnacionalização do capital e fragmentação dos trabalhadores**: ainda há lugar para os sindicatos? São Paulo: Bortempo Editorial, 2000. 98p.

BRAVERMANN, Harry. **Trabalho e Capital Monopolista – A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

BRUNO, Lúcia Barreto. **Autonomia Operária**. Coleção Primeiros Passos. Brasília: Brasiliense, 1985.

CANÊDO, Letícia. **Movimento Sindical e Participação Política**. Campinas: UNICAMP, 1986.

CORIAT, Benjamin. **Pensar al revés**. Trabajo y organización en la empresa japonesa. Madri, Siglo Veintiuno Editores, 1992. 163 p.

DAVIS, Frank Stephen. **Terceirização e multifuncionalidade**: Idéias práticas para a melhoria da produtividade e competitividade da empresa. 2ª ed. São Paulo: STS, 1992.

DIEESE. **Reestruturação Produtiva Reduz Emprego nos Bancos**. Boletim DIEESE, nº 196, julho de 1997b.

ELY, Helena Bins, **Mudanças Tecnológicas nos Bancos Brasileiros**. Boletim SESE – SEEB/SP: 1993.

GORGES, Amilton José. **A terceirização no setor bancário**. Monografia submetida ao Departamento de Ciências Econômicas. Florianópolis: UFSC, 1999.

GORZ, André. **Crítica de la División del Trabajo**. Barcelona – Espanha. Editorial Laia. 1977

HUBERMANN, Leo. **História da Riqueza do Homem**. 21ª Edição. Livros Técnicos e Científicos Editora S/A: 1986.

IADES – Instituto de Análise sobre o Desenvolvimento Econômico Social. **Perfil da Categoria: Bancários de São Paulo**. São Paulo, 1992.

JINKINGS, Nise. **O Mister de Fazer Dinheiro: Automação e Subjetividade no Trabalho Bancário**. São Paulo: Boitempo, 1995.

JINKINGS, Nise. **Trabalho dos Bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro**. Revista Praxis, ano V, nº11 - jul/out/1998, ed. Projeto Joaquim de Oliveira, Belo Horizonte.

JINKINGS, Nise. **Trabalho e Resistência na “Fonte Misteriosa” – Os bancários no Mundo da Eletrônica e do Dinheiro**. São Paulo: Editora da UNICAMP, 2002.

LIPIETZ, Alain. **As transformações na divisão internacional do trabalho: considerações metodológicas e esboço de teorização**. Espaço e Debates, n. 12, p.66-94, 1984.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. 295p.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I** 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971. Vol. 1.

MARX, Karl. **O Capital, Livro I**: 2ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. Vol. 1 301p.

MICK, Jacques. **Sessenta: uma História, 1935, 1995**. Florianópolis: SEEB de Florianópolis e Região, 1995. 78 p.

PAULA, Luiz Fernando Rodrigues de. **Dinâmica da Firma Bancária em Alta Inflação**. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 17, n.1 (65), p. 136-141, jan./mar. 1997.

PIRES, Glaicon. **A Automatização e a Transformação do Trabalho Bancário**. Monografia do Curso de Economia da UFSC. 1999.

PUGA, Fernando Pimentel. **Sistema Bancário Brasileiro: Reestruturação Recente, Comparações Internacionais e Vulnerabilidade à Crise Cambial**. Rio de Janeiro: BNDES, março de 1999.

SILVA, Roque Aparecido da. **Modernização tecnológica, Relações de Trabalho e Práticas de Resistência**. São Paulo: Iglu Editora, 1991.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Belo Horizonte e Região, www.scebrh.org.br – Assaltos a Banco: Saúde Mental/ Um Outro Lado do Sofrimento - texto extraído do site em 27/05/2001.

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de Florianópolis e Região, **Folha Sindical**: abril/2001 nº 429

VIEIRA, Pedro Antonio. **...e o Homem Fez a Máquina**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1989.

VIEIRA, Pedro Antonio. **Control de la Fuerza de Trabajo y Automatizacion de los Medios de Trabajo** – Tese de Doutorado, México: 1995.